Pior avaliação da história recente do país

Rejeição ao governo Jair Bolsonaro é 31% maior que aprovação

AFP

Evo tira licença de campanha para liderar o combate a fogo

"Junto com o Gabinete Ambiental definimos declarar pausa ecológica nas áreas afetadas, se proibirá a venda de terras e tomaremos medidas após os incêndios", anunciou o presidente de Bolívia, Evo Morales, em Roboré, no departamento de Santa Cruz, onde funciona o centro de operações de combate às chamas. A proibição acerta um duro golpe naqueles que veem nos incêndios florestais na Amazônia o caminho para a expansão das suas fronteiras agrícolas. **Pág. 6**

HORA DO POVO

ANO XXIX - Nº 3.723 4 e 5 de Setembro de 2019

AFP

1 REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Até 88% rejeitaram as suas declarações sobre cocô, Nordeste e filhos

A pesquisa Datafolha, feita nos últimos dias 29 e 30 de agosto, revelou um aumento da rejeição a Bolsonaro e uma queda entre seus apoiadores. Os que acham Bolsonaro ruim ou péssimo, na pesquisa, foram 38% dos entrevistados, enquanto os que o apoiam foram 29%. Em abril, na mesma pesquisa, o apoio a Bolsonaro era maior que a desaprovação. Agora, os que o rejeitam estão nove pontos percentuais – ou +31% - acima daqueles que o apoiam. Até mesmo no segmento que mais o apoiava – os mais ricos – a queda foi de 52% para 37%. **P. 3**

Queiroz passou R$ 1 milhão para conta de Flávio, revela Bolsonaro

Declaração complica filho e sua ligação no esquema do gabinete e milícia

Reproducao Instagran

Jair Bolsonaro tentou, mais uma vez, neste sábado (31), livrar o filho, Flávio, que vinha sendo investigado pelo Ministério Público do Rio e a PF, até que uma decisão de Dias Toffoli, no recesso do STF, paralisou as investigações – e todas as investigações do Brasil com base em dados do Coaf, Receita Federal e Banco Central. Porém, Bolsonaro acabou complicando ainda mais a situação, ao afirmar que Fabrício Queiroz usou sua conta pessoal para passar R$ 1 milhão para a conta de Flávio – e que esse dinheiro serviu para Flávio pagar a dívida de um imóvel junto à Caixa Econômica Federal. "**Vou repetir para vocês: R$ 1 milhão, o Queiroz tinha dado para ele**. Quem pagou essa conta para a construtora foi a Caixa Econômica Federal. Documentado. Passa por ele [Queiroz] porque a Caixa comprou a dívida dele. E ele, em vez de dever para a construtora, passa a dever para a Caixa. Isso é uma operação normal", revelou Bolsonaro. Ele apresentou essa nova versão, da suposta dívida imobiliária, esquecendo que Flávio não havia mencionado publicamente, nem uma vez sequer, que o dinheiro tinha vindo de Queiroz. **Página 3**

Bolsonaro diz que dará indulto para assassinos

No sábado (31), Bolsonaro disse a jornalistas que vai indultar os assassinos de Eldorado dos Carajás, os assassinos do Carandiru e os assassinos do ônibus 174. Não se trata, como disseram alguns, de "policiais". Trata-se de assassinos. Os policiais pertencem a outra categoria – exatamente àquela responsável, entre outras funções, por descobrir e prender os assassinos. Misturar assassinos e policiais é um insulto àqueles que arriscam a sua vida – e usam a sua inteligência – para dar um mínimo de segurança ao povo. **Página 3**

Governo festeja a desgraça no PIB

Bolsonaro comemorou os 0,4% de suposto crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), em relação ao trimestre anterior, como se fosse uma taxa digna da época dos governos Getúlio ou Juscelino, ou tivesse patamares chineses. Com absoluta certeza, até Médici, que chefiou o governo mais sangrento da ditadura, teria razão para rir dessas comemorações. Com esses 0,4% do segundo trimestre, em relação ao primeiro trimestre, o acumulado do ano foi de 0,5% para 0,7%. **Página 2**

Assessor do líder do PSL na Câmara Federal é preso por roubo de carga

O delegado José Maria da Silva, preso na quinta-feira (29), durante a Operação Mercúrio contra roubo de cargas, era nada menos do que assessor parlamentar do deputado Delegado Waldir Soares, líder do partido de Bolsonaro na Câmara dos Deputados. Segundo as investigações, ele e mais três policiais civis, também presos, receberam R$ 100 mil em propina de um homem que tinha sido preso por envolvimento com roubo e receptação de carga para reaver a mercadoria apreendida. Em nota, a Polícia Civil do Estado de Goiás informou que o "caso tem relação com fatos ocorridos em 2014 na Delegacia Estadual de Repressão a Furtos e Roubos de Cargas (Decar). **Página 3**

Marcelo Camargo - ABr

Políticos e amigos se despendem de Goldman em SP

"É o resultado da nossa opção pela soja convencional", comemorou o governador Requião. O Paraná colheu 3 toneladas de soja por hectare, enquanto que o RS teve uma produção de 1,68 e os EUA 2,2. **Página 4**

Divulgação Embraer

Mercado percebeu fraude e ação da Embraer desabou após fusão

Acionistas viram destruição da empresa. Ação caiu 33,39%, de R$ 26,95 a R$ 17,95

Acionistas não acreditaram na versão de que era uma *joint venture* o que estava sendo anunciado pelos administradores da empresa. Entenderam que era uma cisão parcial com transferência de ativos lesiva à Embraer. Correram para vender suas ações e elas desabaram. Por mais que os operadores de fundos especulativos e os administradores da Embraer envolvidos nas negociatas divulgassem notícias maravilhosas sobre o futuro da Embraer com a sua aquisição pela Boeing, a queda livre das ações, iniciada apenas um dia após o anúncio da suposta "*joint venture*" entre as duas empresas, revela que os acionistas perceberam bem o desastre que a operação representa para o futuro da Embraer. As ações da empresa forsam de R$ 26,95 a R$ 17,95 no fechamento do último dia 30 de agosto deste ano. **Página 3**

Governo aumenta para 11 mil bolsas cortadas na Capes

Pág. 4

Governo comemora desgraça no PIB do segundo trimestre

Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

Previsão de Guedes era de 2,50% de crescimento do PIB este ano

Com 0,4% no segundo trimestre, em relação ao resultado do primeiro trimestre (-0,2%), Bolsonaro mantém a economia na rota da recessão em 2019

Bolsonaro comemorou os 0,4% de suposto (já veremos por que suposto) crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), em relação ao trimestre anterior, como se fosse uma taxa digna da época dos governos Getúlio ou Juscelino, ou tivesse patamares chineses.

Com absoluta certeza, até Médici, que chefiou o governo mais sangrento da ditadura, teria razão para rir dessas comemorações.

Com esses 0,4% do segundo trimestre, em relação ao resultado do primeiro trimestre, **o acumulado do ano foi de 0,5% para 0,7%**.

Portanto, abaixo até mesmo da expectativa de crescimento do PIB divulgada pelo Banco Central na última segunda-feira, para este ano (0,8%).

Já abordamos, antes, a queda dessas expectativas, devido à destruição econômica e à loucura do governo Bolsonaro (v. HP 17/05/2019, Desatinos de Bolsonaro recolocam o Brasil na rota da recessão e HP 04/06/2019, Como Guedes e Bolsonaro afundaram a economia).

Resumiremos, aqui, rapidamente, a questão:

A expectativa de crescimento do PIB, divulgada pelo BC três dias após a posse de Bolsonaro, era de 2,53% (cf. Focus – Relatório de Mercado, 04/01/2019).

Bolsonaro e Guedes derrubaram essa expectativa até os 0,8% da última divulgação (cf. Focus – Relatório de Mercado, 23/08/2019).

Uma queda de 1,73 pontos percentuais ou **–68,38% em oito meses**.

O PIB acumulado do ano (a comparação entre o primeiro semestre deste ano com o primeiro semestre do ano passado), após a divulgação de quinta-feira, entretanto, foi ainda menor: 0,7%.

Esse crescimento da economia é inferior à baixa taxa de crescimento da população brasileira, calculada pelo IBGE, para 2019, em 0,79%.

Trata-se de algo tão medíocre – se mantido até o final do ano, e, até agora, não há perspectivas de algo melhor, pelo contrário – que rebaixaria o PIB per capita (o Produto Interno Bruto dividido pelo número de habitantes do país).

Se, depois dessa desgraça toda, Bolsonaro aparece comemorando, só pode confirmar sua ignorância, maluquice – mas, também, sua falta de escrúpulos.

O que vale, para ele e Guedes, é a encenação. A realidade – isto é, o país – que se dane. Houve, na década de 30 do século passado, uns sujeitos que eram assim. Na Alemanha.

Não por acaso, mesmo com esse resultado medíocre, temos uma novidade quanto ao PIB divulgado pelo IBGE: economistas desconfiando dos números.

Até hoje, em nenhum governo, alguém desconfiou de que houvesse algo errado, algo malévolo, com o resultado do PIB pelo IBGE, aliás, uma das instituições de maior credibilidade do país.

Já houve discordâncias, inclusive metodológicas – mas desconfianças de uma possível fraude, somente agora.

Por quê?

Porque o IBGE está debaixo de um sujeito que não inspira confiança – Paulo Guedes, o ministro da Economia de Bolsonaro, que fez carreira através dos golpes na praça, das manipulações, da mentira.

Portanto, não é à toa que apareceram as desconfianças.

Por exemplo, em texto intitulado **"Tem algo de podre no Reino da Dinamarca"**, diz o economista José Luís Oreiro, professor da Universidade de Brasília:

"*O IBGE acaba de divulgar os dados do PIB do segundo trimestre de 2019, apontando uma elevação de 0,4% com respeito ao primeiro trimestre do corrente ano. Trata-se de uma dupla surpresa. Em primeiro lugar, a mediana das projeções de mercado apontavam para uma expansão de apenas 0,2%, ou seja, um resultado 50% menor do que o divulgado hoje pelo IBGE. Em segundo lugar, o resultado do IBGE diverge totalmente do comportamento do IBC-Br, o índice de atividade econômica calculado pelo Banco Central do Brasil, que mostrou um recuo de 0,13% no segundo trimestre na comparação com o primeiro trimestre de 2019. Mais intrigante ainda é o fato de que os dados do IBGE e do IBC-Br para o primeiro trimestre de 2019 foram idênticos, ou seja, ambos mostraram uma queda de 0,2% na atividade econômica no primeiro trimestre de 2019 na comparação com o ultimo trimestre de 2018.*"

O economista indaga: "*Por que razão o PIB do IBGE e o IBC-Br do Banco Central apresentaram comportamentos tão diferentes no segundo trimestre de 2019? (...) Parece que o BCB e o IBGE estão mostrando países diferentes. Me parece que há algo de podre no Reino da Dinamarca...*".

Realmente, com Paulo Guedes e Bolsonaro, o mínimo que se pode fazer é desconfiar. Se até os dados de desmatamento da Amazônia, advindos dos satélites usados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), são chamados de "mentirosos", por que não seria saudável desconfiar de algo saído da aba de Paulo Guedes?

Aqui, não há desconfiança dos sérios profissionais do IBGE. Que Guedes não se atreva a jogar sobre eles uma desconfiança que é sobre ele mesmo.

Sobretudo quando o resultado de 0,4% foi obtido com um pulinho da construção civil, setor que está caindo desde o segundo trimestre de 2014:

Variações do PIB do setor da construção civil:

- 2014.II: -2,9%;
- 2014.III: -9,0%;
- 2014.IV: -3,8%;
- 2015.I: -9,6%;
- 2015.II: -10,7%;
- 2015.III: -6,8%;
- 2015.IV: -8,9%;
- 2016.I: -9,6%;
- 2016.II: -8,6%;
- 2016.III -10,0%;
- 2016.IV: -11,8%;
- 2017.I: -10,4%;
- 2017.II: -9,4%;
- 2017.III: -7,6%;
- 2017.IV: -2,3%;
- 2018.I: -4,2%;
- 2018.II: -2,7%;
- 2018.III: -1,0%;
- 2018.IV: -2,2%;
- 2019.I: -2,2%;
- 2019.II: 2,0%.

Para justificar essa mudança, alguns falaram em "grandes lançamentos" no setor de habitação em São Paulo. Seria bom que se indicasse onde – pois teriam que ser tantos, a ponto de puxar o PIB para cima. Portanto, não podem ser invisíveis. Até agora, não vimos esses lançamentos (e nem gente com dinheiro para comprá-los, ou algum frenesi no crédito imobiliário).

A outra coisa notável (quer dizer, apenas porque chama atenção) é o resultado da indústria de transformação. Como diz o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI): "*Que o PIB da indústria de transformação pudesse crescer na margem no 2º trim/19, já era algo que o desempenho positivo de sua produção física apontava.* **O que surpreendeu foi a magnitude da alta**" (cf. Análise IEDI, 29/08/2019, grifo nosso).

Mas... "*frente ao mesmo período de 2018, contudo, o setor ficou em linha com resultados positivos anteriores, registrando +1,6% no 2º trimestre, suficiente apenas para compensar a queda do 1º trimestre do ano (-1,7%)*".

Entretanto, o resultado geral da indústria foi ruim (0,7%).

Para que o leitor tenha ideia dos outros setores:

- Indústria extrativa: -9,4%;
- Agropecuária: -0,4%;
- Serviços: 0,3%.

Todos os números acima são em comparação com o trimestre anterior.

Há uma estranha anomalia no crescimento de 3,2% no investimento, isto é, na Formação Bruta de Capital Fixo (fundamentalmente, a compra de máquinas e equipamentos pelas empresas), ao mesmo tempo que o consumo das famílias cresceu apenas 0,3% e o consumo do governo **caiu 1%**.

Organizando esses dados:

- Despesa de Consumo das Famílias: 0,3%;
- Despesa de Consumo do Governo: -1%;
- Formação Bruta de Capital Fixo: 3,2%;
- Exportações: -1,6%.

O aumento do investimento (Formação Bruta de Capital Fixo) não parece coerente com uma variação tão baixa (**ou mesmo negativa**) do consumo e das exportações.

A primeira ideia que vem a alguém é: qual o empresário que está investindo, comprando máquinas e equipamentos para expandir a capacidade de produzir de sua empresa, sem que exista consumo, ou seja, compradores para as suas mercadorias?

Mas a verdade é que esse aumento de 3,2%, em boa parte, não é expansão da capacidade, mas apenas substituição dos meios de produção desgastados.

Porém, mais importante, depois desse pequeno aumento, "*seu patamar atual está 26% abaixo daquele do 2º trim/13*", ou seja, mais de ¼ **abaixo** do nível de cinco anos atrás. "*O mesmo comentário vale para a indústria de transformação e a construção, respectivamente 15% e 30% abaixo de suas melhores marcas anteriores*" (v. IEDI, op. cit.).

E não há nada à vista, nesse governo, que possa melhorar a situação. Mas há várias que podem piorar. E muito.

Encenações fascistas podem enganar alguns tolos.

Mas não fazem a economia crescer.

C.L.

Desemprego segue nas alturas e trabalho precário é recorde

O desemprego continua atingindo 12,6 milhões de brasileiros, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada nesta sexta-feira (30) pelo IBGE.

No trimestre encerrado em julho, aumentou o número de trabalhadores no emprego informal e o trabalho por conta própria, o que levou a redução da taxa de desocupação de 12,5% para 11,8%.

"A melhora na taxa de desemprego está relacionada ao aumento do trabalho informal", diz o IBGE.

A criação de emprego com carteira de trabalho ficou "estável" no trimestre encerrado em julho. Já o total de empregados do setor privado sem carteira de trabalho assinada bateu novo recorde, atingindo 11,7 milhões de pessoas, o maior contingente da série histórica iniciada em 2012.

Em relação ao trimestre anterior, o emprego sem carteira aumentou +3,9%, mais 441 mil pessoas no trabalho precário. Em relação ao trimestre encerrado em julho do ano passado, a elevação foi de +5,6%, um adicional de 619 mil pessoas. Tudo dentro dos planos de Bolsonaro de tirar direitos dos trabalhadores e tornar os empregos cada vez mais precários no Brasil.

O número de trabalhadores por conta própria também bateu recorde: 24,2 milhões de pessoas. O crescimento registrado foi de 1,4% na comparação com o trimestre de fevereiro a abril de 2019. São mais 343 mil pessoas que procuram "bico" para sobreviver à crise e sustentar sua família. Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, a alta foi de 5,2%, mais 1,2 milhão de brasileiros.

SUBEMPREGO

A chamada taxa de subutilização do trabalho atingiu 28,1 milhões de pessoas no trimestre encerrado em julho. Mais 703 mil pessoas na comparação com o trimestre encerrado em julho de 2018. São os 12,6 milhões de desempregados somados aos 7,3 milhões de trabalhadores que trabalham menos de 40 horas semanais e estão dispostos a trabalhar mais e outros 8,2 milhões de trabalhadores que realizaram a busca pelo trabalho e não conseguiram.

DESALENTO

O número de pessoas desalentadas (4,8 milhões) repete o recorde da série histórica. São 4,8 milhões de pessoas que desistiram de procurar por emprego.

O arrocho na renda aumentou. O rendimento médio real habitual (R$ 2.286) caiu 1,0% frente ao trimestre anterior.

Orçamento 2020 arrocha custeio e investimentos e desvia R$ 415 bilhões para pagamento de juros

O governo de Jair Bolsonaro apresentou na sexta-feira (30) sua primeira proposta de lei orçamentária. O plano de gastos para 2020, agora em análise no Congresso Nacional, prevê um corte – inclusive nas áreas consideradas essenciais, como saúde e educação – da ordem de R$ 13 bilhões sobre o aprovado este ano.

A redução diz respeito a despesas discricionárias: consideradas não obrigatórias (como são salários e benefícios previdenciários), mas que podem travar o funcionamento da máquina pública. Os cortes englobam, além de investimentos, os gastos com custeio com água, energia elétrica, material de escritório, bolsas de estudos, projetos para o meio-ambiente, segurança pública, contratação de terceirizados e etc.

A ideia é reduzir as despesas de R$ 102,667 bilhões autorizados em 2019 (dos quais foram liberados efetivamente R$ 84,6 bilhões) para R$ 89,161 bilhões no próximo ano, o **patamar mínimo histórico**. Ou seja, o corte será inferido sobre um orçamento que já não foi suficiente para o custeio básico de universidades federais, escolas e hospitais. De acordo com estudos do Instituto Fiscal Independente (IFI), vinculado ao Senado, gastar tão pouco significa risco iminente de apagão nos serviços públicos.

A avaliação é que são necessários pelo menos R$ 100 bilhões ao ano para que as estruturas operem no limite.

Dos R$ 89 bilhões previstos, apenas R$ 19 bilhões dizem respeito aos investimentos, o que inclui novos equipamentos para hospitais ou quadras de esporte para escolas públicas. Este valor, além de ser 15% menor do que o orçado em 2019, é o menor nível de investimento dos últimos 10 anos.

O governo insiste em culpar os gastos com a Previdência e Seguridade como responsáveis pela necessidade dos cortes. Contudo, não menciona os gastos com juros, que drenam parte importante do Orçamento Federal e vão parar direto nos cofres dos bancos.

Para o mesmo exercício em que o governo vê a necessidade de cortar custos para as despesas mais básicas, a previsão de gastos com juros, ou seja, a transferência de recursos públicos para pagamento de juros a bancos é de R$ 415,054 bilhões, quase cinco vezes maior do que o previsto para as despesas discricionárias no ano inteiro e para todas as áreas.

Educação e Saúde

O governo não poupou nem a educação e a saúde, pastas que terão, respectivamente, cortes de 9% e 3,7% sobre o já combalido orçamento de 2019. Para ilustrar, é importante lembrar que os sucessivos bloqueios nos gastos este ano foram responsáveis, inclusive, pelo corte da energia elétrica da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) ou diversos outros campus universitários terem suspendido aulas por falta de insumos básicos. Nos hospitais, a situação não é diferente: vide o escândalo de fechamento da emergência do Hospital Federal de Bonsucesso, no Rio de Janeiro.

Meio-ambiente

Diante do aumento criminoso das queimadas na Amazônia, situação que tem chamado e mobilizado a atenção de todo o mundo, a verba do Ministério do Meio Ambiente será no ano que vem menor que o orçamento contingenciado deste ano. Sobre o aprovado no Orçamento de 2019, o corte é de absurdos 30,4% - passando de R$ 807,4 milhões para R$ 561,6 milhões no ano que vem.

As tesouradas mais escandalosas estão também no Ministério do Turismo (-58,3%), Mulher, Família e Direitos Humanos (-41,5%), Minas e Energia (-30,4%), Infraestrutura (-30,4%). Desenvolvimento Regional (-27,1%) e Defesa (-26,5%).

Até mesmo o ministério comandado por Sergio Moro, o da Justiça e Segurança Pública (área considerada prioridade por Bolsonaro durante a campanha) não será poupado: o corte na verba será de 18,7% ante o aprovado em 2019.

Além disso, o governo está interessado em medidas que reduzam os gastos obrigatórios, entre elas, o adiamento da progressão de servidores e a suspensão de contratações com o programa Minha Casa, Minha Vida.

PRISCILA CASALE

Presidente da Petrobrás indica gerente da Shell para conselheiro da BR Distribuidora

Após privatizar a BR Distribuidora, uma das joias da coroa da Petrobrás, o governo e os atuais acionistas indicaram na quarta-feira (29) os novos nomes que irão compor o conselho de administração da empresa.

Castello Branco, atual presidente da Petrobrás, manteve seu amigo conselheiro Edy Kogut e indicou outros dois nomes: Alexandre Carneiro (ex-vice-presidente da Shell Brasil, entre diversos cargos que ocupou na multinacional de 1983 a 2006) e Maria Carolina Lacerda (ex- UBS, ex-diretora do Merrill Lynch e do Deutsche Bank e atual conselheira da Hypera Pharma).

Os outros seis membros foram indicados por acionistas que detém mais de 1% das ações. São ex-funcionários de bancos, empresas e monopólios estrangeiros.

Em junho, o governo Bolsonaro entregou de bandeja a empresa líder no mercado brasileiro de distribuição de combustíveis e lubrificantes, com mais de 7.700 postos de serviço espalhados por todo o país e com aproximadamente 14 mil grandes clientes em segmentos como aviação, asfaltos, transporte, produtos químicos e energia.

A ex-subsidiária da Petrobrás era 100% estatal até 2017. Com a venda de ações este ano, a participação da Petrobrás caiu de 71,25% para 37,5% e o controle passou para a iniciativa privada. Se depender de Castello Branco, o governo sairá totalmente do setor de distribuição, conforme declarou em entrevista após a privatização da BR.

A venda da BR Distribuidora se soma à entrega das refinarias e da Liquigás, outra subsidiária da Petrobrás que está prestes a ser privatizada, dentro do processo de desmonte da estatal que vem sendo promovido por Bolsonaro. Para isso, nada como colocar na presidência da Petrobrás Castello Branco que declarou que seu sonho é ver a Petrobrás privatizada.

Conselheiros

No primeiro trimestre deste ano, a BR Distribuidora registrou um lucro líquido de R$ 477 milhões, uma alta de 93% sobre o mesmo período de 2018. A empresa foi privatizada por apenas R$ 9,6 bilhões.

Edy Luiz Kogut, o amigo de Castello Branco, tem uma larga folha de serviços prestados à multinacionais, como a Alcoa – empresa de alumínio dos Estados Unidos. É vice-presidente da Projeta Consultoria associada do banco Rothschild, responsável pelas privatizações da COPESUL, Light e Escelsa. E serviu ainda à Camargo Corrêa – aquela que integrou o "clube do bilhão" que lesou a Petrobrás em bilhões de reais.

Os outros seis indicados são: Carlos Augusto Piani (conselheiro da Equatorial Energia e diretor da Kraft Heinz no Canadá); Claudio Ely (ex-presidente da Raia-drogasil e da Drogasil e conselheiro da Dimed); Leonel Dias de Andrade Neto (ex-presidente da Smiles e ex-diretor da Losango Financeira e da Visa do Brasil); Mateus Affonso Bandeira (ex-presidente do Banrisul e ex-conselheiro da PDG); Pedro Ripper (conselheiro da Iguatemi Shopping Centers e da Positivo Tecnologia e ex-diretor da Cisco e Oi); e Ricardo Carvalho Maia (ex-diretor da Ipiranga).

A eleição para aprovação dos novos conselheiros está marcada para 18 de setembro.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio,67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.PJ 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: **Clóvis Monteiro Neto**
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Richard Silva/PCdoB na Câmara

Deputado Orlando Silva (PCdoB-SP)

'Goldman foi um defensor intransigente da democracia', diz o deputado Orlando Silva

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP) lamentou, em rede social, na segunda-feira (2), a morte do ex-governador, ex-deputado federal e ex-ministro Alberto Goldman (PSDB), ocorrida no domingo (1), em São Paulo.

Orlando disse que Goldman foi um "homem público defensor intransigente da democracia". "Fará falta nas trincheiras de combate ao autoritarismo nesses tempos insanos e obscuros", escreveu o parlamentar.

Outras lideranças políticas também se pronunciaram. O ex-governador de São Paulo, Márcio França (PSB), disse que Goldman era "um homem sério e inteligente". "Leal com amigos e companheiros. Tem lugar reservado na galeria dos grandes paulistas". "É com grande tristeza que recebemos a notícia da morte do ex-governador Alberto Goldman", disse o senador Álvaro Dias (Podemos-PR).

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), relembrou quando ambos assumiram a liderança da oposição no Parlamento. "Presto aqui minha homenagem ao amigo e colega na Câmara dos Deputados Alberto Goldman. Assumimos a liderança da oposição na mesma época, eu no PFL e ele à frente do PSDB, e construímos, no período, uma grande amizade", postou Maia em seu Twitter.

O presidente nacional do PSDB, Bruno Araújo (PE), comentou que a história de Goldman "impõe respeito e admiração". "Muito sentido com o falecimento do ex-governador", escreveu Araújo, relembrando a trajetória política do ex-governador. O diretório paulista do partido também lamentou seu falecimento.

Manifestaram pesar também pela morte de Goldman o ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), a deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ), líder da Minoria na Câmara Federal, e a deputada Gleisi Hoffmann (PT-PR).

Com informações do Portal Vermelho

Aumenta rejeição a Bolsonaro, aponta pesquisa do Datafolha

Evaristo Sá/AFP

"Vou repetir para vocês: R$ 1 milhão, o Queiroz tinha dado para ele", disse

É 31% maior do que a aprovação. 70% discordam de explicações para indicar o filho para a embaixada nos EUA. Declaração de Bolsonaro sobre "cocô dia sim, dia não" foi reprovada por 88%

As últimas pesquisas de opinião são coerentes com o atual governo.

Na última, do Datafolha, realizada nos dias 29 e 30 de agosto, 38% dos entrevistados responderam que o consideram ruim ou péssimo – e 29% apenas o aprovam.

Ao sair do Palácio da Alvorada, disse Bolsonaro na segunda-feira: "*Alguém acredita em Datafolha? Você acredita em Papai Noel?*".

A comparação do Datafolha com Papai Noel (aquele velho comunista que vive vestido de vermelho para influenciar as crianças) deve ter algum significado mais doente do que conseguimos perceber.

Pois, Bolsonaro está reagindo, com essa bobagem, ao fato de que aqueles que o rejeitavam eram 30% no início de abril, enquanto os que o aprovavam eram 32% **segundo o Datafolha**. Portanto, o percentual dos que o apoiavam era então maior do que o daqueles que o rejeitavam, **segundo o Datafolha**.

Mas isso ficou para trás. E a culpa não é de qualquer instituto de pesquisas. É dele mesmo.

Agora, a diferença entre os que aprovam o governo (29%) e os que desaprovam (38%) - nove percentuais **ou +31% de desaprovação em relação à aprovação** - é, não só crescente, mas é uma tendência, ou seja, não é algo episódico.

Como dissemos, na mesma pesquisa, em abril, Bolsonaro tinha mais aprovação do que reprovação (32% contra 30%). Três meses depois, a rejeição (33%) empatara com a aprovação. Agora, a rejeição (38%) superou nitidamente a aprovação (29%).

Dissemos que existe, aqui, uma tendência. Por quê?

Não apenas porque ela existe já nesses resultados, como tende a prosseguir pelo afundamento cada vez maior de Bolsonaro. Não é apenas uma avaliação política, aliás, algo óbvia. Há, na própria pesquisa do Datafolha, todas as razões para assim considerarmos.

Por exemplo, quais são os setores do governo que a maioria da população considera ruim ou péssimo no governo Bolsonaro?

Segundo a pesquisa, são os seguintes: Saúde, Educação, Economia, Meio Ambiente, Segurança Pública, Combate à corrupção, Habitação, Combate à fome e à miséria, Combate ao desemprego, Reforma Agrária, Transportes. (cf. Pesquisa Datafolha, pp. 94-95).

Essa percepção corresponde inteiramente à realidade. Ou, talvez, o mais correto seja dizer que a rejeição tende a aumentar, mais e mais, na medida em que a população tome contato com o que é o governo Bolsonaro.

Outro exemplo: 62% responderam que Bolsonaro "fez pelo país menos do que esperavam".

E apenas 15% responderam que Bolsonaro se comporta sempre "como um presidente da República deveria se comportar".

Por fim, somente 19% responderam que sempre confiam em Bolsonaro. Aliás, 44% disseram que jamais confiam em qualquer declaração de Bolsonaro.

Esses dados ilustram a tendência da pesquisa – ou a tendência da população, se considerarmos que os entrevistados pela pesquisa refletem os vários segmentos da população.

Resta saber a tendência de Bolsonaro.

Vejamos a resposta dos entrevistados pela pesquisa a algumas de suas declarações:

"**É só você deixar de comer um pouquinho. Você fala para mim em poluição ambiental. É só você fazer cocô dia sim, dia não.**"

88% responderam que discordam dessa brilhante declaração de Bolsonaro.

Apenas 10% concordaram (não há povo que não tenha a sua cota de mentecaptos. Porém, mesmo esta não é fixa. Pode diminuir, com a continuação da performance bolsonariana).

"**Você olha que as pessoas que têm mais cultura, têm menos filhos. Eu sou uma exceção à regra, tenho cinco. Mas como regra é isso.**"

63% declararam que discordam. Houve 33% de concordantes.

"**Daqueles governadores de... 'paraíba', o pior é o do Maranhão. Não tem que ter nada com esse cara.**"

69% de discordância. 22% concordaram.

Sobre a declaração de Bolsonaro a respeito de seus motivos para tentar aboletar seu filho na embaixada em Washington:

"**Lógico que é filho meu. Pretendo beneficiar um filho meu, sim. Pretendo, está certo. Se puder dar um filé mignon ao meu filho, eu dou. Mas não tem nada a ver com filé mignon essa história aí.**"

70% discordaram dessa declaração de amor à coisa pública. 27% concordaram, provavelmente, por amor ao filé mignon.

A tendência de Bolsonaro, portanto, é a de se chocar, cada vez mais, não apenas com a população ou com os interesses do país, mas também com qualquer acúmulo ou conquista civilizada dos brasileiros.

Na pesquisa do Datafolha é notável a queda de Bolsonaro entre os que têm maior renda – exatamente o segmento em que tinha mais apoio.

Entre aqueles de renda superior a 10 salários mínimos, o apoio a Bolsonaro caiu de 52% para 37% - ou seja, ele perdeu a maioria até entre aqueles que mais o apoiavam.

C.L.

Bolsonaro revela que Queiroz passou R$ 1 milhão para a conta de Flávio

Jair Bolsonaro tentou, mais uma vez, no sábado (31), livrar o filho, Flávio, que vinha sendo investigado pelo Ministério Público do Rio e a PF, até que uma decisão de Dias Toffoli, no recesso do STF, paralisou as investigações – e todas as investigações do Brasil com base em dados do Coaf, Receita Federal e Banco Central (v. HP 17/07/2019, Toffoli decide acobertar crimes de Flávio Bolsonaro e Fabrício Queiroz).

Porém, Bolsonaro acabou complicando ainda mais a situação, ao afirmar que Fabrício Queiroz usou sua conta pessoal para passar R$ 1 milhão para a conta de Flávio – e que esse dinheiro serviu para Flávio pagar a dívida de um imóvel junto à Caixa Econômica Federal.

"Vou repetir para vocês: R$ 1 milhão, o Queiroz tinha dado para ele. Quem pagou essa conta para a construtora foi a Caixa Econômica Federal. Documentado. Passa por ele [Queiroz] *porque a Caixa comprou a dívida dele. E ele, em vez de dever para a construtora, passa a dever para a Caixa. Isso é uma operação normal*", disse Bolsonaro.

Trata-se do pagamento de um título de R$ 1.016.839 (um milhão, 16 mil e 839 reais), a partir da conta de Flávio Bolsonaro (v. HP 21/01/2019, Escritura desmente versão de Flávio Bolsonaro sobre dinheiro em sua conta).

Bolsonaro apresentou essa nova versão, da suposta dívida imobiliária, esquecendo que Flávio não havia mencionado publicamente, nem uma vez sequer, que o dinheiro tinha vindo de Queiroz. Agora, depois dessa "nova explicação" para a movimentação milionária de Queiroz, antigo capanga de Bolsonaro, seu filho tem mais algumas coisas a explicar.

Após faltar a quatro depoimentos marcados pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, alegando problemas de saúde, Queiroz afirmou, em dezembro, que a "movimentação atípica", revelada pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) teve origem na compra e venda de veículos usados (v. HP 27/12/2018, "Eu faço dinheiro", disse Queiroz sobre os R$ 1,2 milhão flagrados em sua conta).

Em janeiro, Flávio Bolsonaro também não prestou depoimento, argumentando que iria marcar uma nova data após ter acesso ao caso.

No sábado, Bolsonaro foi obrigado a falar sobre Queiroz por causa da sua localização pela revista Veja, depois de seu desaparecimento desde o início do ano. A entrevista de Bolsonaro foi em Riacho Fundo, na região administrativa do Distrito Federal.

Texto na íntegra em www.horadopovo.org.br

Assessor do líder do PSL na Câmara dos Deputados é preso por roubo de carga

O delegado José Maria da Silva, preso na quinta-feira (29), durante a Operação Mercúrio contra roubo de cargas, era nada menos do que assessor parlamentar do deputado Delegado Waldir Soares, líder do partido de Bolsonaro na Câmara dos Deputados.

Segundo as investigações, ele e mais três policiais civis, também presos, receberam R$ 100 mil em propina de um homem que tinha sido preso por envolvimento com roubo e receptação de carga para reaver a mercadoria apreendida.

Em nota, a Polícia Civil do Estado de Goiás informou que o "caso tem relação com fatos ocorridos em 2014 na Delegacia Estadual de Repressão a Furtos e Roubos de Cargas (Decar), e que também são apurados pela Gerência de Correições e Disciplina da Polícia Civil, que apoiou a operação".

No total, equipes trabalharam para cumprir 93 mandados de prisão e 110 de busca e apreensão. Em 13 cidades de Goiás, quase 40 pessoas foram detidas.

O delegado José Maria Silva trabalhava como assessor parlamentar desde junho de 2016 e era responsável por elaborar os projetos de lei do deputado. Em nota, o Delegado Waldir Soares disse que exonerou o servidor ao tomar conhecimento da prisão temporária.

"A suposta conduta criminosa teria ocorrido quando ele exercia a função de delegado na Delegacia Estadual de Repressão a Furtos e Roubos de Cargas, no período de 6 de fevereiro de 2013 à 30 de janeiro de 2015. Apenas um ano depois, em janeiro de 2016, ele foi cedido pelo governo do estado ao gabinete do deputado federal Delegado Waldir", aponta a nota.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

Bolsonaro anuncia indulto para assassinos

No sábado (31/08), Bolsonaro disse a jornalistas que vai indultar os assassinos de Eldorado dos Carajás, os assassinos do Carandiru e os assassinos do ônibus 174.

Não se trata, como disseram alguns, de "policiais".

Trata-se de assassinos.

Os policiais pertencem a outra categoria – exatamente àquela responsável, entre outras funções, por descobrir e prender os assassinos. Misturar assassinos e policiais é um insulto àqueles que arriscam a sua vida – e usam a sua inteligência – para dar um mínimo de segurança ao povo.

Mas, disse Bolsonaro, "*os que se enquadrarem no indulto, eu vou dar. Estou pedindo a policiais de todos os Estados uma lista de nomes, com justificativas*".

Realmente, entranhado com as milícias, ele não distingue policiais e assassinos. Não é exatamente assim que são os integrantes das milícias? Inclusive aquele membro do Escritório do Crime que morava no mesmo condomínio, quase na casa em frente à sua – e que assassinou Marielle Franco e seu motorista, Anderson Gomes.

Então, vamos aos casos de que ele falou.

A 17 de abril de 1996, uma tropa da PM do Pará abriu fogo contra uma marcha de trabalhadores rurais na PA-275, uma estrada estadual.

Houve 21 mortos (19 deles, no local) e 69 feridos.

Os trabalhadores haviam saído da Fazenda Macaxeira, em Eldorado dos Carajás, e pretendiam ir até Belém, reivindicar a desapropriação da terra para realizar seu assentamento (as terras da Fazenda Macaxeira, aliás, foram desapropriadas após o massacre).

Depois de sete dias de marcha, os trabalhadores ocuparam um local denominado Curva do S, na PA-275. Aí, foram surpreendidos pelo fogo das armas. Nas palavras de Eric Nepomuceno, autor do – provavelmente – melhor livro sobre o ocorrido em 17 de abril de 1996: "*foi uma das mais frias e emblemáticas matanças da história contemporânea do país. Ninguém deveria sequer se atrever a usar a palavra 'confronto', 'incidente' ou 'choque' para descrever o que aconteceu na curva do S. Aquilo foi uma carnificina brutal, um massacre que permanece impune*" (v. Eric Nepomuceno, **O Massacre – Eldorado dos Carajás, uma história de impunidade**, Planeta do Brasil, 2007).

Uma das testemunhas – aliás, um fazendeiro – depôs que o comandante da PM de Marabá, o então coronel Mário Pantoja, fora subornado para perpetrar o massacre. Segundo esse fazendeiro, Ricardo Marcondes de Oliveira, ele fora procurado, pelo dono da Fazenda Macaxeira, para contribuir com a propina do banho de sangue.

Segundo a necrópsia, 10 dos mortos foram executados à queima-roupa.

Somente em 2012, 16 anos depois do crime, Mário Pantoja e José Maria Oliveira – que também encabeçava a tropa – foram presos.

Até então, apesar de condenados, eles estavam abrigados pela antiga jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), que só permitia a prisão após o esgotamento de todos os recursos, em todas as instâncias – o "trânsito em julgado", como dizem os juristas.

Mas, agora, Bolsonaro pretende indultá-los.

PARA MATAR

O massacre do Carandiru é mais conhecido.

Em dois de outubro de 1992, uma tropa da PM invadiu o Pavilhão 9 da Penitenciária do Carandiru, em São Paulo, e executou 111 presos, todos desarmados.

Texto na íntegra em www.horadopovo.com.br

C. L.

Rede entra na Justiça contra monitoramento privado na Amazônia

O partido Rede Sustentabilidade entrou com uma ação na Justiça Federal de Brasília, pedindo a impugnação do edital lançado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) para contratar empresa privada visando o monitoramento de áreas de desmatamento na Amazônia.

A ação, protocolada na última terça-feira (27), é assinada pelos senadores Randolfe Rodrigues (AP) e Fabiano Contarato (ES), que pedem uma decisão liminar da autoridade judicial.

Segundo os parlamentares, o edital não atende ao interesse público pois o Ministério do Meio Ambiente desconsiderou que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) já presta um serviço de alertas emitidos em tempo real pelo Deter (Sistema de Detecção do Desmatamento na Amazônia Legal em Tempo Real).

O Edital de Chamamento Público 01/2019, assinado pelo diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Olivaldi Alves Borges, alega que a iniciativa do órgão se justifica pela necessidade de se encontrar "solução viável e operacional mais eficiente, eficaz, efetiva e com maior celeridade na gestão das ações de fiscalização ambiental no combate ao desmatamento ilegal".

Para Randolfe Rodrigues, líder da Oposição no Senado, é importante que se descubra qual a verdadeira intenção por trás desse edital de chamamento público.

Íntegra em www.horadopovo.org.br

Mercado captou a fraude: ação da Embraer caiu após anúncio de "fusão" com a Boeing

Os acionistas entenderam que era uma cisão parcial com transferência de ativos lesiva à Embraer. Correram para vender suas ações e elas desabaram

Por mais que os operadores de fundos especulativos e os administradores da Embraer envolvidos nas negociatas divulgassem notícias alvissareiras sobre o futuro da Embraer com a sua aquisição pela Boeing, a queda livre das ações, iniciada apenas um dia após o anúncio da suposta "joint venture" entre as duas empresas, revela que os acionistas perceberam bem o desastre que a operação representa para o futuro da Embraer.

Conforme veremos em mais detalhes nos gráficos adiante, decidida em reunião do Conselho de Administração da Embraer, em 05/07/2018, as ações da empresa, que haviam fechado com um pico de R$ 26,95 no dia anterior, na expectativa de pudesse haver uma parceria proveitosa entre ambas as empresas, entraram em verdadeira queda livre.

As ações da Embraer caíram de R$ 26,95 em julho de 2018 para a casa dos R$ 20,80 em janeiro deste ano, e se mantiveram baixas até hoje, caindo ainda mais para R$ 17,95 no fechamento do último dia 30 de agosto deste ano.

Essa queda, acompanhada de enorme aumento no volume de ações negociado, refletiu a percepção do mercado de que o que estava sendo tratado, travestido de "joint venture", era na verdade a venda, sem a avaliação legal, da divisão comercial e de outros setores chaves da companhia, sem os quais o futuro da empresa ficará seriamente comprometido.

Texto na íntegra em www.horadopovo.com.br

S. C

"Não tenho compromisso de nomear Moro para o STF", afirma Bolsonaro

Jair Bolsonaro afirmou que "não existe nenhum compromisso" para indicar o ex-juiz Sérgio Moro a ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Bolsonaro, que já afirmou que sua indicação para ministro do STF será um nome "terrivelmente evangélico", agora disse que o advogado-geral da União, André Mendonça, é "terrivelmente supremável".

Jair Bolsonaro foi entrevistado durante um churrasco no quartel-general do Exército em Brasília. Para ele, Moro é "ingênuo" e lhe "falta malícia".

Questionado se Moro seria sua primeira indicação para o STF, respondeu que "não existe nenhum compromisso meu com Moro".

Após a indicação do presidente, o Senado faz uma sabatina com o indicado e vota por sua aprovação ou não. "Como o Senado avaliaria ele hoje?", questionou Bolsonaro.

No início do governo, Bolsonaro disse que Moro teria "carta branca" como ministro.

Mas logo no começo do mandato, Moro tentou indicar Ilona Szabó de Carvalho para suplente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Bolsonaro vetou.

Recentemente, Bolsonaro atropelou Sérgio Moro e ameaçou demitir o diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo, nomeado pelo ministro da Justiça. "Quem manda sou eu. Moro não manda na PF", afirmou.

Bolsonaro também ignorou as sugestões de Moro para os decretos que liberavam o porte e a posse de armas de fogo.

Agosto registra o maior número de queimadas na Amazônia desde 2010

Levantamento do INPE registrou 31 mil focos de incêndio na Amazônia apenas no mês de agosto. Número de queimadas está diretamente ligado ao desmatamento, incentivado pelo governo Bolsonaro

Em agosto deste ano, foram registrados 31 mil focos de incêndio no bioma Amazônia, segundo dados divulgados neste domingo, dia 1° de setembro, pelo Programa de Queimadas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Esse é o maior número registrado para o mês desde 2010, quando houve 45.018 focos.

Os dados mostraram ainda que, em relação ao mesmo mês do ano passado, os focos de incêndio triplicaram. Em agosto de 2018, foram registrados 10.421 incêndios. Entre janeiro e agosto deste ano, foram registrados ao todo 46.825 focos de incêndio na Amazônia. Esse número é mais do que o dobro observado no mesmo período do ano passado, 22.165.

Os números dizem respeito a todo bioma amazônico brasileiro e foram coletados com base no sistema de satélites do INPE. O aumento registrado em agosto bateu o recorde de desmatamento desde 2010.

O total de focos superou em 20% a média histórica de queimadas para os meses de agosto, que era de 25 mil. A medição média ocorre desde 1998, mas a partir de 2011 o país vinha seguindo uma tendência de registros abaixo da média histórica.

De janeiro a agosto de 2019, foram registradas 46.825 queimadas na região amazônica. No mesmo período de 2018, foram 22.165 focos ativos na região, o que equivale a um crescimento de 111%.

O Pará foi o estado com mais queimadas registradas, com 10.185 focos. A cidade paraense de Altamira liderou o ranking dos municípios, com 2.932 casos no ano.

Segundo especialistas, as queimadas na Amazônia são a parte final do processo de desmatamento. A maioria das áreas são preparadas após os incêndios para pastos. Nos últimos 12 meses, as cicatrizes de queimadas responderam por 32% de toda área desmatada ou degradada da Amazônia.

DESMATAMENTO

O desmatamento na Amazônia em julho deste ano chegou a 2.254,8 km². Isso representa um aumento de 278% em relação a julho de 2018 (596,6 km²), segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), através do monitoramento em tempo real, feito pelo Sistema Deter (Sistema de Detecção do Desmatamento na Amazônia Legal em Tempo Real).

Essa área desmatada em um único mês (2.254,8 km²) é 1/3 da área desmatada nos últimos 12 meses (agosto de 2018-julho de 2019).

O crescimento na derrubada de florestas fornece o combustível necessário para os incêndios. "O número de queimadas representa o número do desmatamento na Amazônia. A floresta é úmida, e por isso não tem a característica de autocombustão. Só pega fogo a área que está seca, ou seja, nas regiões nas quais as árvores foram cortadas e deixadas para secar", afirmou o presidente do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental (Proam) Carlos Bocuhy.

Para ele, apesar da pressão internacional e do anúncio de medidas como o decreto que proíbe as queimadas na Amazônia, assinado pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) na semana passada, até o momento não é possível avaliar o impacto dessas ações.

"Ainda não consegui fazer uma avaliação para dizer se a estratégia adotada pelo governo é suficiente para diminuir os focos de incêndio. A tendência é que, diante da inação, a quantidade de focos aumente, porque há áreas que já foram desmatadas e precisam ser 'limpas', e setembro não será um mês isolado, mas um concatenamento de tudo o que aconteceu antes", afirmou.

DECRETO

No dia em que Bolsonaro publicou no Diário Oficial da União o decreto que proibia queimadas no país por 60 dias, os incêndios na região da Amazônia mais que dobraram, aumentando 106%.

Bolsonaro reviu termos do decreto, retirou a parte que falava de todo país, mas manteve a proibição das queimadas na Amazônia Legal.

Segundo apurou o Greenpeace, que utilizou dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), "no dia 28 de agosto, foram 607 focos de calor na Amazônia".

Bolsonaro publicou o decreto na manhã de quinta-feira (29), quando as queimadas dispararam em comparação com o dia anterior. "No dia 28 de agosto, foram 607 focos de calor na Amazônia", informou um dos responsáveis pelo levantamento, o agrônomo Danicley Aguiar, membro da Campanha da Amazônia do Greenpeace.

"Já no dia 29, foram 1.255, um aumento de 106%, mesmo após o Decreto 9. 992/2019, anunciado no dia 28 e publicado no dia seguinte", afirmou Aguiar.

A maior parte do fogo consumiu a floresta no Pará: 587 focos de calor. O estado foi seguido por Mato Grosso (371), Amazonas (209), Rondônia (67), Acre (18), Tocantins (2) e Roraima (1). Altamira (PA) foi o município campeão de focos, com 137 ocorrências.

INPE

Focos de queimadas registrados pelo INPE na Amazônia no mês de agosto

Reginaldo Pimenta/O DIA

Defendeu que policiais militares registrem boletins de ocorrência

Witzel diz que fechará 150 delegacias do Rio

O governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC) defendeu o fechamento das 150 delegacias do Estado.

De acordo com Witzel, as cerca de 150 delegacias existentes serão encerradas e os policiais civis e militares serão concentrados em 40 distritos policiais, que serão construídos por custo médio de R$ 30 milhões cada.

O anúncio foi feito durante solenidade de destruição de 40 toneladas de materiais piratas na Cidade da Polícia, no Jacaré, Zona Norte do Rio, na tarde desta terça-feira (27).

"A ideia é fazer 40 distritos. Vamos dialogar sobre isso. Cada distrito vai custar R$ 30 milhões, mas vai dar dignidade e uma nova dimensão para o policial civil. Hoje temos cerca de 150 delegacias. Esse conceito é custoso. Se nossa receita fosse de R$ 200 milhões ao ano, teríamos 200 delegacias", disse Wilson Witzel.

"Esse modelo vai permanecer para os próximos 20, 30 anos. Ele vai funcionar, porque o estado não tem receita tão grande. É um modelo que precisamos aprimorar e nada melhor do que nesse momento que estamos tratando de evolução para falar de evolução", acrescentou.

BOLETINS DE OCORRÊNCIA

Segundo Witzel, o objetivo do fim das delegacias é permitir que os policiais civis "fiquem focados nas investigações". Ele defendeu ainda que os policias militares registrem as ocorrências dos cidadãos, serviço realizado atualmente nas delegacias de Polícia Civil.

Apenas neste ano, mais de mil pessoas foram mortas em decorrência da ação policial no Rio de Janeiro. Pela proposta de Witizel, o registro dessas ocorrências seria realizado diretamente pelos policiais militares.

MEDIDA É INCONSTITUCIONAL

Para o presidente da Comissão de Segurança Pública da Ordem dos Advogados do Brasil, Breno Melaragno, a proposta de Witzel de transformar 139 delegacias do estado em 40 distritos policiais e transferir da Polícia Civil para a Polícia Militar a atribuição de registrar ocorrências de crimes é inconstitucional.

Segundo ele, a comissão vai estudar uma ação para propor à presidência da OAB. Uma preocupação é que a medida se perpetue no Brasil. Melaragno citou Santa Catarina, que já usa PMs para o registro de ocorrências. "Colocar a PM para função investigativa, mesmo que meramente burocrática, é flagrantemente inconstitucional, porque afronta o artigo 144 da Constituição, que delimita a competência de cada polícia", ponderou.

Rafael Borges, presidente da Comissão de Segurança Pública da OAB/RJ, explica que a Constituição prevê que as polícias civis têm função investigativa e que cabe à PM o policiamento ostensivo.

"O registro de ocorrência não é só burocrático, é o primeiro ato de uma investigação. Quem vai dar o enquadramento para o crime, se foi estelionato, roubo, furto?", questionou. Ele também se preocupa com possível má-fé quando um cidadão for registrar crimes contra PMs.

Intolerância: bar de refugiados Al Janiah é atacado em São Paulo

"É um ataque inaceitável à democracia em nosso país", declarou a jornalista palestina-brasileira Soraya Misleh, mestra e doutoranda em Estudos Árabes pela USP, ao repudiar o ataque contra o bar, restaurante e centro cultural Al Janiah, localizado no bairro paulista da Bela Vista.

Como diz a nota de repúdio ao ataque divulgada pela direção do Al Janiah, "por volta das 3h30 da manhã, um grupo de cinco pessoas se aproximou da porta principal do estabelecimento portando uma faca e spray de pimenta.

"As câmeras de segurança registraram o momento do covarde ataque. Os membros do grupo fugiram na sequência.

"Ninguém ficou ferido, nossa equipe conseguiu conter o ataque e todos os presentes estão bem".

"Este ataque revela uma grave intolerância quando se agride um espaço que é conhecido como símbolo da causa palestina no Estado de São Paulo", prossegue Soraya.

"Vem na esteira de um discurso de ódio ao diferente, ao imigrante, aos explorados, colonizados, e de ações neste sentido", conclui a jornalista que já participou de diversos debates realizados no Al Janiah em solidariedade ao povo palestino.

A gerente de Comunicação do bar e restaurante, Endra Seixas, destacou que o ataque foi a uma "casa reconhecidamente ligada à luta pelos direitos do povo palestino, mas que também traz o debate democrático das mais diversas questões da sociedade, além de ser um espaço para a divulgação da cultura musical brasileira. Uma casa de resistência cultural".

Para Endra, "esse ataque se dá em um contexto de ódio e violência contra as manifestações de apoio a refugiados, a casa faz questão de abrigar refugiados palestinos em seus quadros, de manifestações diversas; é um ataque a um espaço democrático".

Endra acrescentou que "a programação continua normalmente" e destacou que "houve inúmeras manifestações de solidariedade de vindas de todo o Brasil e de diversos lugares do mundo. Hoje tivemos a visita de um grupo que veio do Rio de Janeiro trazer sua solidariedade e manifestar repúdio a esse ataque".

Criminosos atiraram gás de pimenta na entrada do bar

Pró-reitores da USP lançam manifesto contra a ameaça de extinção do CNPq

Os pró-reitores da Universidade de São Paulo (USP) divulgaram manifesto contra a ameaça de "extinção" do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), principal agência de fomento à ciência do governo federal.

"Os pró-reitores da USP manifestam-se em favor da manutenção dos recursos para o CNPq e contra a sua extinção", destacam os acadêmicos. Eles alertam para a grave situação em que o governo Bolsonaro colocou a ciência brasileira.

Após o corte no orçamento, o CNPq alerta que as 84 mil bolsas que a agência oferece a pesquisadores de todo o Brasil, como forma de impulsionar a pesquisa e o desenvolvimento científico, poderão ser canceladas a partir deste sábado, dia 31 de agosto. Segundo o conselho, são necessários ao menos R$ 330 milhões para garantir o pagamento das bolsas concedidas pelo órgão.

Até o momento, o governo Bolsonaro não confirmou a recomposição do orçamento do CNPq. "Estamos diante da maior crise do sistema de ciência e tecnologia em nosso país", diz o documento.

"O Brasil não pode perder este valioso patrimônio de conhecimentos que foi construído, pelo esforço conjunto de cientistas e da sociedade brasileira, desde a criação do CNPq em 1951", destaca a carta, assinada pelos pró-reitores Edmund Chada Baracat (Graduação), Carlos Gilberto Carlotti Júnior (Pós-Graduação), Sylvio Roberto Accioly Canuto (Pesquisa) e Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado (Cultura e Extensão), e seus respectivos adjuntos.

Ela foi enviada por e-mail a todos os diretores de unidades e presidentes de comissões de pesquisa da USP, assim como a deputados e senadores em Brasília — somando-se a uma enxurrada de manifestações em defesa do CNPq que foram encaminhadas ao Congresso e ao governo federal nas últimas semanas.

A concessão de novas bolsas já foi sustada, e o orçamento de fomento (apoio a projetos de pesquisa) do órgão também já está praticamente zerado — além de ter sido substancialmente reduzido nos últimos anos. Os pró-reitores ressaltam que o CNPq desempenha um "papel primordial" no financiamento e desenvolvimento da ciência brasileira, contribuindo de forma significativa "para o desenvolvimento econômico e social do País".

Estudantes de Porto Alegre protestam contra o ataque do prefeito Marchezan ao meio-passe

Milhares de estudantes saíram às ruas da capital gaúcha, na última sexta-feira (30), em defesa do meio-passe estudantil, que está sob ameaça pela gestão de Nelson Marchezan Júnior na prefeitura de Porto Alegre.

A manifestação foi convocada pela União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Porto Alegre (Umespa) e a União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas (UGES) e contou com o apoio dos servidores públicos estaduais que protestam contra o atraso de salários do funcionalismo e contra os cortes das verbas para a área da educação em âmbito federal.

Para a presidente da Umespa, Vitória Cabreira, o ato teve a intenção lembrar o mês do estudante (agosto) e fortalecer as lutas em defesa dos direitos em diversas frentes.

"Estamos protestando porque o governo do prefeito Nelson Marchezan Júnior passou o projeto do meio passe na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) sem diálogo com os estudantes. Estamos aqui para defender o meio passe para o estudante, mas também para denunciar o atraso dos salários dos nossos professores. Estamos aqui também para falar sobre os cortes na área da educação do governo Jair Bolsonaro. Hoje, os estudantes secundaristas não têm a garantia de que vão sair e entrar em uma universidade pública", disse.

O Projeto de Lei de Marchezan (PL 13/2017) tramita na Câmara de Vereadores de Porto Alegre e prevê restrição do benefício somente aos estudantes que comprovarem baixa renda. O PL retira ainda o direito ao meio passe para estudantes do ensino profissionalizantes e pré-vestibulares.

UMESPA

Mais de 5 mil estudantes foram às ruas de Porto Alegre em defesa do meio-passe

Após acabar com 11 mil bolsas, Bolsonaro corta 50% da verba da Capes

O governo Bolsonaro anunciou um novo corte de mais 5.613 bolsas do mesmo tipo, que seriam ofertadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) a partir de setembro. No primeiro semestre de 2019, já foram bloqueadas 6.198 bolsas de pós-graduação.

Ao todo, as 11.811 bolsas cortadas correspondem a 5,57% do total de vagas ofertadas pelo sistema neste ano. O bloqueio foi anunciado há pouco pelo presidente da instituição, Anderson Ribeiro Correa, e é reflexo da redução do orçamento da instituição.

Para este ano, haviam sido reservados R$ 4,250 bilhões, dos quais R$ 819 milhões foram bloqueados.

O presidente da Capes afirmou que o corte anunciado nesta segunda foi realizado para garantir o pagamento das bolsas que estão em vigor. A medida atinge bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado.

ORÇAMENTO 2020

As expectativas para o financiamento da Capes e para o Ministério da Educação são pouco animadoras. A proposta orçamentária para 2020, encaminhada pelo governo Jair Bolsonaro (PSL) ao Congresso Nacional na última sexta-feira (30), reduz em 18% os recursos totais destinados ao Ministério da Educação (MEC), em relação aos valores autorizados de 2019.

A nova proposta afeta desde a educação básica até a pós-graduação, porém o impacto maior será percebido no financiamento de pesquisas e nas contas de grandes universidades federais.

O maior corte ocorre na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) que financia pesquisadores da pós-graduação e também professores de educação básica. Pela proposta, o órgão vai perder metade do orçamento: de R$ 4,25 bilhões em 2019, para R$ 2,20 bilhões em 2020, 51% do valor.

Ao levar em conta o orçamento geral de todas as universidades federais, a queda é de 7,4 %. Mas 16 das 68 das universidades federais terão corte superiores a essa média.

Marcello Casal/Agência Brasil

Mudança será em 1º de março de 2020

Governo põe fim ao subsídio do gás para preços subirem

O governo aprovou, na quinta-feira, 29, o fim da política de subsídios para o gás de cozinha, que permitia preços menores para consumidores residenciais. O objetivo do governo é fazer o preço do gás subir para as residências, até que fique tão alto quanto a indústria vem pagando. O governo está chamando isso de "competitividade".

A decisão foi anunciada em reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), do Ministério de Minas e Energia, que deliberou a revogação Resolução nº 4, vigente desde 2005.

A resolução estabelecia que o gás residencial (gás liquefeito de petróleo – GLP) —botijão de até 13 quilos — teria preços menores do que o a granel, utilizado pela indústria, com o objetivo de beneficiar as famílias de baixa renda.

A revogação passa a valer a partir de 1º de março de 2020, e o objetivo da medida, admitida pelo próprio governo, é incentivar a "competitividade".

"O fim da prática de preços diferenciados de GLP, entre o comercializado em botijões de até 13 kg e a granel, corrige distorções no mercado e incentiva a entrada de outros agentes nas etapas de produção e importação de GLP", diz a nota do Ministério.

O descaso com a população também foi manifestado por Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), uma empresa de "consultoria" que atua no setor de infraestrutura. Para ele, a medida cria um "mercado justo e mais atraente para o investimento privado", mesmo que atinja os usuários com a alta dos preços: "90% da população cozinha com botijão. Então, o subsídio ia para o rico e para o pobre. O preço do gás de botijão é alto e pode subir, mas isso deve ser atacado por uma política social, e não pela política energética, pois distorce o mercado", disse.

No início do mês, o governo anunciou também que os reajustes nos preços do GLP passarão a ser realizados sem periodicidade definida, "de acordo com as condições de mercado", da mesma forma que acontece com os preços da gasolina e diesel que, devido a essa política, viram seus preços subirem às alturas nos últimos anos.

As famílias já vêm sofrendo com os altos preços do gás de cozinha. Segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), em maio, a média nacional do botijão estava em R$ 69,23, sendo que em alguns locais o preço variava em quase R$ 30, como no Mato Grosso, onde o botijão chegou a custar R$ 97,27.

OAB questiona privatizações de Bolsonaro em audiência

Foto: OAB

Audiência reuniu especialistas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

"Qual a intenção de privatizar as de atividade estratégica?", perguntaram

Na terça-feira, 27 de agosto, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) realizou uma audiência pública, na sede da entidade, para debater as privatizações de empresas estatais e suas subsidiárias, que estão sendo propostas pelo governo Bolsonaro.

A falta de estudos sobre os impactos das privatizações e de transparência do governo com os setores técnicos das empresas foram algumas das questões discutidas na audiência.

Advogados da OAB que atuam em estatais e políticos como o ex-ministro Ciro Gomes, a ex-senadora e secretária de governo do Rio Grande do Sul, Ana Amélia, e o professor titular do Instituto de Economia da Unicamp, Fernando Nogueira da Costa, mostraram-se extremamente preocupados com o plano do governo de privatizar 17 estatais sem nenhuma visão estratégica para o país ou discussão com a sociedade.Entre as empresas na lista de entrega do governo ao capital privado estão os Correios e a Eletrobrás.

"Será que o melhor seria a venda de estatais por um preço baixo? Qual a justificativa plausível para privatizar uma empresa que dá lucro? E qual a intenção de privatizar as de atividade estratégica?", questionou o presidente da Comissão Especial de Advocacia em Estatais do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CEAE-OAB), Carlos Castro.

Segundo ele, "o governo deveria abrir uma discussão com a sociedade civil organizada, com as entidades de classe dessas instituições" e não serem apresentadas como um "reality show e com muita festa", porém sem nenhuma apresentação de estudos técnicos ou critérios.

Castro ressaltou ainda que "as privatizações despertam uma preocupação. Não foi apresentado nenhum estudo técnico do impacto, não houve um debate com a sociedade, tão pouco com as entidades de classe que representam as instituições que estão sendo postas à venda sem nenhum critério. No momento em que promove uma audiência pública, a OAB não tem nada a ver com nenhum partido ou discussão partidária. O que queremos é transparência e isso é uma marca da nossa instituição que há quase um século vem defendendo a sociedade, os direitos humanos e as causas sociais", disse o presidente da comissão.

Para o ex-ministro Ciro Gomes, "falta ao Brasil um projeto nacional e sem esse projeto nacional, desfazer-se do patrimônio apenas por prostração ideológica pode ser um mal irreparável para a sorte do país".

"Em algumas áreas não há motivo pelo qual o Estado seja o dono da atividade que pode ser feita e compartilhada com o setor privado. Outros não, são estratégicos. Acho que é preciso fazer uma seleção de áreas que são impossíveis de ser inteiramente privatizadas. Tem-se de considerar o país como soberania", disse a ex-senadora Ana Amélia.

Ela citou o debate em torno da conservação da Amazônia que acontece nesses dias, para defender que, como nesse caso, "a prioridade é o interesse nacional".

"Se algumas empresas são estratégicas, temos de preservá-las. Tem de haver critérios muito bem estabelecidos para não comprometer o futuro", defendeu ela.

O professor da Unicamp, Fernando Nogueira, exemplificou a importância do controle do Estado citando a Caixa Econômica Federal e o seu papel no financiamento da habitação popular.

"Como a função da Caixa é uma função social de combater o déficit habitacional, que hoje é de 7 milhões e 800 mil unidades, essa é a grande missão dela e não será substituída por bancos privados. Ela é praticamente exclusiva em habitações de interesse social para camadas de baixa renda. Vai ficar um vazio", acrescentou.

Divulgação/Anfip

Vilson Romero é assessor de Estudos Socioeconômicos da Anfip

Alterações na PEC 6 são "perfunctórias e as maldades continuam lá", afirma Anfip

O assessor de Estudos Socioeconômicos da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip), Vilson Romero, afirmou que as alterações previstas pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), relator da reforma da Previdência, são apenas "perfunctórias" e "as maldades da PEC continuam lá", como progressividade da contribuição, alíquotas extraordinárias, corte nas pensões por morte e impossibilidade de acumular benefícios.

O relatório feito por Tasso para o Senado foi lido na quarta-feira (28) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e prevê algumas mudanças em relação ao que foi aprovado na Câmara. Para o texto não retornar à Câmara, ele fez emendas supressivas. Outras alterações colocou em uma chamada PEC paralela.

Ele prevê a supressão das regras sobre renda mínima para o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da contagem de pontos para aposentadorias especiais, mas mantém a progressividade da contribuição, alíquotas extraordinárias, cortes nas pensões por morte e impossibilidade de acumular benefícios, avalia a ANFIP.

A partir de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) paralela à da reforma da Previdência, o senador tucano pretende incluir os estados e municípios nas novas regras. Na avaliação da ANFIP, isso pode romper com o pacto federativo, pois a aplicação será para todos os municípios do estado que aprovar.

Veja o que foi suprimido:

1 - Suprime o dispositivo que constitucionaliza a linha de pobreza do BPC.

2 - Suprime o trecho que elevava a regra de pontos para aposentadoria especial dos expostos a agentes nocivos, como os mineiros.

3- Suprime a expressão "no âmbito da União", no art. 1º da PEC, "assegurando as autonomias de Estados, DF e Municípios previstas em outros dispositivos da PEC quanto à instituição de contribuição extraordinária em caso de déficit atuarial".

4 - Suprime o dispositivo que revogava da Constituição o caráter mais burocrático que garante "segurança jurídica para o financiamento dos próprios regimes".

Governo pretende entregar 1000 creches para empresas privadas explorarem vagas

Após cortar mais de R$ 6 bilhões dos recursos do Ministério da Educação (MEC), o governo Bolsonaro pretende agora privatizar cerca de 1.000 creches, cujas obras ainda não foram finalizadas por "falta de recursos".

Por meio de um programa (Programa de Parceria de Investimentos – PPI), o governo pretende entregar a gestão das obras e a operação das creches para o setor privado.

O anúncio foi feito na semana passada pelo ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, e confirmado pela secretária do programa, Martha Seillier. Segundo ela, em entrevista ao Estadão, caberia ao governo comprar parte dessas vagas. "O governo compraria algumas dessas vagas, como contrapartida pelos investimentos feitos ao longo de, por exemplo, 30 anos de concessão", disse. Já o conjunto das demais vagas seria explorado pela administração privada com a cobrança de mensalidades.

De acordo ainda com a secretária, a decisão do governo não tem relação com um possível problema gerencial nas creches públicas, mas por uma avaliação de custo de oportunidade. "Vamos ver oportunidades que elas trazem para parceiros privados e começar a pensar modelagem: concessão, privatização, venda de participação, minoritária, majoritária". Ou seja, o objetivo do governo é escolher o melhor modelo para encher os bolsos de meia dúzia de empresários, enquanto a população fica desamparada sem a garantia do serviço público.

Segundo auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), realizada em 2018, sobre as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), o Brasil necessita criar 1,9 milhão de vagas na educação infantil. Hoje apenas 38,2% das crianças estão em escolas ou creches. O que o governo Bolsonaro quer é livrar da responsabilidade de garantir acesso à educação às crianças brasileiras. Em março de 2018, a fila por creche, só na cidade de São Paulo, era de 57.819.

Assim como na área da construção de creches, todos os setores da educação já sentem os efeitos dos cortes feitos no orçamento do MEC, desde às obras das creches paralisadas, falta de recurso para material didático, ou o iminente fechamento das universidades públicas que já anunciam que não conseguirão encerrar o ano letivo, caso as verbas não sejam devolvidas às unidades.

MP 881 manteve alterações na CLT que afetam trabalhador, alerta juíza do Trabalho

A presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), juíza Noemia Porto, afirmou que o texto da MP da Liberdade Econômica (MP 881), que saiu do Senado para avaliação de Bolsonaro, manteve regras que permitem o trabalho aos domingos e feriados para determinas categorias.

No Senado, foi retirado do texto a liberação do trabalho aos domingos e feriados em todos os setores da economia. "A supressão foi um avanço. Contudo, o texto final, divulgado na noite de sexta, também revogou dispositivos das Leis nº 605/1949 e 10.101/2000 e da própria CLT, que tratavam do tema, indo de encontro ao que prevê a Constituição Federal", afirma a entidade.

O projeto manteve a revogação de dispositivos da CLT que tratam de categorias específicas, como funcionários de empresas de telefonia, professores e empregados de estabelecimentos comerciais.

"As mudanças criam um ambiente de insegurança jurídica. Isso porque, caso os dispositivos não sejam vetados pelo presidente da República, porque inconstitucionais, haverá a situação inédita de o Senado ter aprovado uma coisa e o texto final, com a lista de revogações, significar outra", explica.

De acordo com a Anamatra, "a Constituição Federal prevê como direitos dos trabalhadores urbanos e rurais o repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% à do normal e o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho".

"O texto suprimiu as previsões da lei que determinavam que o repouso remunerado deveria coincidir, pelo menos uma vez no período máximo de três semanas, com o domingo e a que preconizava que o trabalho em feriados nas atividades de comércio deveria ser autorizado em convenção coletiva de trabalho".

"Também foram suprimidos da CLT artigos que determinavam – para os trabalhadores de empresas que explorem serviços de telefonia, telegrafia submarina ou subfluvial, de radiotelegrafia ou de radiotelefonia – que o trabalho aos domingos e feriados seria considerado extraordinário e sua execução e remuneração obedeceria o que dispusesse acordo ou contrato coletivo de trabalho e que as horas extras, nos demais dias, deveriam ser pagas com acréscimo de 50%", afirma.

Outra mudança mantida no projeto é a que prevê que o horário de chegada e saída do empregado só será registrado se houver horas extras, atrasos, faltas e licenças. O registro de ponto, de entrada e saída, somente será exigido de empresas com mais de 20 funcionários. Para Noemia Porto, isso "pode prejudicar a fiscalização e o adimplemento de horas extras, bem como a produção de provas, caso o trabalhador acione a Justiça do Trabalho, estimulando fraudes".

OAB

Ciro Gomes participou de audiência da OAB

"Desfazer-se de patrimônio pode ser mal irreparável", afirma Ciro

Presente na audiência pública sobre privatizações de empresas estatais que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) promoveu na última terça-feira (27), o ex-ministro e vice-presidente nacional do PDT, Ciro Gomes, afirmou que "falta ao Brasil um projeto nacional e sem esse projeto nacional, desfazer-se do patrimônio apenas por prostração ideológica pode ser um mal irreparável para a sorte do país".

Ciro expressou mais uma vez seu antagonismo ao governo Bolsonaro, afirmando ter "nojo profundo do que representa o presidente" e disse que, neste momento, "nenhum brasileiro é capaz de saber para onde está indo nosso país em matéria de indústria, ciência e tecnologia, inovação, educação, saúde e segurança pública" e que, ao tratarmos de privatizações, temos que ter uma visão estratégica do país.

Segundo o ex-ministro, não é porque temos "o que será talvez o pior presidente que o país já teve", que vamos deixar de nós perguntar "para onde estamos indo" e o "que queremos ser nos próximos 10 ou 15 anos".

Ele afirmou que o país está vivendo "um retrocesso sócio-econômico" e que, mesmo acreditando que "privatização não deve ser uma coisa religiosamente vista, porque não é boa e nem má por si", não podemos ver com "ingenuidade" o projeto neoliberal.

"Privatização não é crime, nem salvação da lavoura. É uma ferramenta que devemos usar conforme uma visão estratégica de que país queremos ser", disse.

Evo proíbe venda de terras atingidas pelos incêndios na Amazônia boliviana

Evo Morales, que disputa a reeleição no próximo 20 de outubro, decidiu suspender a campanha eleitoral, em meio ao estado de emergência pelos incêndios. Além do combate às chamas foi proibida a venda de terras devastadas. "Junto com o Gabinete Ambiental definimos declarar pausa ecológica nas áreas afetadas, se proibirá a venda de terras e tomaremos medidas após os incêndios", anunciou o presidente de Bolívia, Evo Morales, desde Roboré, no departamento de Santa Cruz, onde funciona o centro de operações de combate às chamas. A proibição acerta um duro golpe naqueles que veem nos incêndios florestais na Amazônia o caminho para a expansão das suas fronteiras agrícolas.

O presidente defendeu "unidade, irmandade e solidariedade" e ressaltou que a redução dos mais de oito mil focos de incêndio em mais de 85% é resultado deste esforço conjunto que envolve a "defesa da Mãe Terra". "Nos deslocamos até os locais para ver de perto os avanços que temos conquistado", acrescentou.

Entre as inúmeras ações concretas para resguardar a biodiversidade, Evo destacou a dedicação das mais de sete mil efetivos das Forças Armadas, da Polícia Boliviana e voluntários que se encontram mobilizados – junto com 362 veículos e 20 aeronaves – agradeceu à comunidade chinesa na Bolívia pela doação de 20 toneladas de alimentos para sua sustentação e a cooperação do Peru, que colocou dois helicópteros à disposição no combate ao fogo.

O PRESIDENTE CARLOS MESA NADA FEZ

O principal opositor a Evo – que é candidato à reeleição no próximo 20 de outubro -, Carlos Mesa, nada fez para combater incêndios quando foi presidente, atestam os jornais do período, tendo sequer aprovado o orçamento de emergência de 2004. Naquele ano, segundo o "Relatório de incêndios e queimadas na Bolívia – Análise histórica de 2000 a 2013", da Fundação Amigos da Natureza, foi registrado um recorde histórico nacional com quatro milhões de hectares queimados.

A Agência de Notícias Fides (ANF) informou em 15 de setembro de 2004 que o "governo não aprovou o orçamento de mais de 50 milhões de bolivianos para mitigar as secas, incêndios florestais e as geadas que assolam algumas regiões do país, o que desatou uma crise ambiental com densa fumaça, fundamentalmente no eixo central do país".

Vice-presidente, Carlos Mesa assumiu em 17 de outubro de 2003, depois da fuga do presidente Gonzalo Sánchez de Lozada para os EUA, logo após o massacre que matou 67 pessoas e deixou mais de 400 feridos. Mesa renunciou em março de 2005 diante de uma onda de protestos e intensa convulsão social.

Ministro anti-imigrantes fica fora do governo de nova coalizão na Itália

Quotidiano Libero

Presidente Matarella autoriza Conte, do M5S, a formar governo com democratas

Movimento 5 Estrelas se une a Partido Democrata e faz fracassar manobra do ministro Salvini, da direitista Liga do Norte, de forçar a antecipação das eleições na tentativa de cavalgar na rejeição à imigração

Acordo entre o Movimento Cinco Estrelas (M5S) e o, até agora oposicionista, Partido Democrata, fechado ao final de quarta-feira, terá como resultado a formação de um governo de coalizão excluindo Matteo Salvini e seus correligionários da ultradireitista Liga do Norte.

Salvini, que integrava o governo italiano junto com o M5S, no cargo de ministro do Interior, empolgado com resultados de pesquisas recentes que apontavam crescimento de seu partido, pedira demissão e apresentara moção de desconfiança contra o premiê Giuseppe Conte, do M5S, para provocar uma nova eleição interrompendo o mandato conferido aos atuais deputados e que deve se concluir em 2023.

Com o acordo, as eleições imediatas não ocorrerão, derrotando a manobra de Salvini que – através de medidas desumanas, proibindo o desembarque de imigrantes resgatados de balsas e outras embarcações precárias no mar Mediterrâneo – procurava se popularizar cavalgando nos baixos instintos de uma política xenófoba, de hostilidade aos não italianos, particularmente direcionada contra a imigração de pessoas vindas da África e do Oriente Médio, fugindo de fome e guerras.

Entre as medidas, estava a proibição de atracação de navios que, em missão humanitária, resgatavam migrantes com risco de naufrágio e morte no mar. Barcos de organizações dedicas a salvar vidas na travessia (com mais frequência no trajeto da costa de Líbia até a ilha italiana de Lampedusa) estavam sob ameaça de aprisionamento e multas.

A capitã alemã Carola Rackete, que comanda o navio humanitário Sea-Watch 3, desafiou os obstáculos impostos por Salvini e forçou a entrada de seu navio, desembarcando 40 imigrantes, já em condição precária depois de dias aguardando autorização para atracar no porto de Lampedusa. A capitã chegou a ser presa e agora responde a processo movido pelo ministério que era dirigido por Salvini. (Ver matéria: https://horadopovo.com.br/italia-justica-liberta-capita-de-navio-que-salvou-40-imigrantes/).

Salvini, que se dizia "amigo" de Bolsonaro e declarava apoio à indicação de seu filho como embaixador do Brasil nos Estados Unidos, em demonstração de identidade com o fascismo negou-se a participar de recente festa popular em comemoração pela vitória dos aliados em 1945, libertando a Itália do nefasto regime fascista que se juntara aos nazistas para provocar a Segunda Guerra Mundial. A Itália celebra sua libertação do fascismo no dia 25 de abril.

Macri aplicou torniquete fiscal do FMI e levou economia argentina à falência

Macri levou a Argentina a um quadro de falência econômica.

O dia 29 de agosto ficará conhecido como o dia em que Macri assumiu – ainda que pelas medidas e não por declarações acerca do verdadeiro quadro da economia argentina – o resultado de uma das aplicações mais submissas já vistas do receituário do FMI (juros mais elevados do mundo, tarifaços a torto e a direito, corte nos investimentos e nos serviços públicos, demissões em massa e endividamento desenfreado do país): a quebra da economia do país sob seu comando.

Foi com as medidas que ele e seus assessores, empenhados na destruição do poder aquisitivo do povo, chamam de "ajuste", o que seria mais apropriadamente denominado de torniquete fiscal, a buscarem cumprir conforme lhes foi ordenado, as metas do FMI de reduzir o déficit fiscal (que serve para garantir pagamento aos bancos) a 2,7% do PIB em 2018 e 1,3% em 2019.

Sob o arrocho imposto ao país, o déficit fiscal passou de 6%, no fim de 2015, para 3,9% em 2017. No afã de ser mais realista do que o rei, Macri aplicou um arrocho tão estúpido que o déficit acabaria ficando mais baixo até do que exigido pelo próprio FMI: 2,4% em 2018.

A retração da economia, claro, veio junto.

É o que observou o economista Alfredo Zaiat, na matéria intitulada "A desindustrialização macrista" publicada pelo portal Página 12, em novembro de 2018, e traduzida e publicada no HP: *https://horadopovo.com.br/a-desindustrializacao-macrista/*

Nela, Zaiat ressalta que "a megadesvalorização, taxas de juros elevadíssimas em termos reais, abertura importadora, descenso do salário real, tarifaços e debilitamento do mercado interno é uma combinação demolidora para a indústria nacional".

A matéria trata de um momento em que, sob o acúmulo de obstáculos macristas ao crescimento, a indústria argentina apresentou a maior queda em 16 anos, um decréscimo de 11,5% em setembro de 2018 em relação a mesmo mês do ano anterior: https://horadopovo.com.br/a-desindustrializacao-macrista/

"A derrapagem industrial de 11,5% foi o maior descenso em 16 anos, quando no mês de julho de 2002 se configurou uma queda de 12,2%. Jogou a indústria ao nível de 2009, ano que foi interrompido o ciclo ascendente que havia começado em 2002 e se estendera até 2012, com a pausa ocasionada pelo impacto negativo derivado da crise internacional. Especialistas dedicados ao estudo e acompanhamento da política exterior argentina reunidos no OCIPEx (Observatorio de Coyuntura Internacional y Política Exterior) identificaram que em setembro passado a indústria argentina foi a segunda que mais retrocedeu no ranking mundial, liderado por Burundi, onde houve um rebaixamento de 15,4%. Logo atrás da Argentina ficou Togo, com uma queda de 11,3%, Benin e Jordânia, com derrubadas de 9,6% e 8,8%, respectivamente".

AO CONTRÁRIO

Agora, trinta dias depois de afirmar – às vésperas das eleições preliminares onde seria fragorosamente derrotado – que os pagamentos a vencer da dívida estariam todos garantidos, Macri vem a público dizer que quer estender os prazos de pagamento nada mais nada menos do que às Letras do Tesouro Nacional argentino.

Diante do quadro adverso, como observa o analista financeiro Christian Buteler, "a perda de confiança dos investidores é absoluta". Ou seja, o tal "mercado" (panaceia para todos os males da economia exaltada por Macri e seu séquito), não lhe oferece nenhuma salvação, ao contrário, em menos de quatro anos, de governar ao sabor das variações e a favor dos especuladores a que chamam de "investidores", o tal caminho para a "estabilização via ajustes e austeridade" se demonstra um beco sem saída; o momento de fuga dos papéis argentinos já toma corpo e se expressa principalmente na alta incontida do dólar frente ao peso.

No desespero de tentar esconder a sua responsabilidade pelo descalabro, Macri tem tentado, no auge da crise, culpar opositores que venceram por 49% a 32% (nas primárias) pela sua calamitosa política econômica, assim como aos que, sabiamente, optaram por votar na chapa opositora, Fernández/Cristina. Tratando aquela votação contrária ao governo como geradora da crise chamou os argentinos a "entenderem nestes dias que antecedem as eleições o papel de liderança". Ou seja, dele, para vencer a crise, como se não fosse ele próprio e seu conjunto de medidas arrasa-quarteirão os efetivos causadores.

Antes de examinar mais alguns números que demonstram de onde partiu o desenrolar da crise, vale destacar que, diante dela, ou melhor, de sua exacerbação, Macri toma novas medidas que só levarão a mais afundamento no atoleiro.

Veja matéria na íntegra em: www.horadopovo.org.br

Netanyahu acusa TV de Israel de "antissemita" e pede aos israelenses que a boicotem

O primeiro-ministro de Israel, Bibi Netanyahu, chamou os judeus a boicotarem a TV israelense Keshet, também conhecida como Canal 12, a de maior audiência do país, acusando-a de "antissemita" e chamando-a de "fakeTV".

O ataque, do dia 29, à TV se deu logo após a ida ao ar dos primeiros episódios da série "Our Boys" (Nossos Rapazes), realizada em parceria com a HBO.

Uma declaração no mínimo estranha, de 'boicote' a uma produção autenticamente israelense que tem tudo para fazer sucesso, vinda de quem apoiou a lei que torna crime a participação na campanha por boicote a Israel enquanto seu governo se negar a sentar com os palestinos para negociações de paz que levem ao fim da ocupação dos territórios palestinos.

O seriado que enfureceu o premiê trata de um crime hediondo. O assassinato do jovem de 16 anos, Muhamed Abu Khdeir, sequestrado em uma madrugada de 2014, na porta da loja de seu pai, onde aguardava amigos em seu bairro, Shuafat, na Jerusalém Árabe.

O corpo de Muhamed foi encontrado em uma floresta nos limites da cidade. Estava irreconhecível, uma vez que fora queimado ainda vivo. Os assassinos o espancaram e depois o fizeram engolir gasolina, o encharcaram com o combustível e lhe atearam fogo.

A polícia israelense localizou os assassinos, dois deles condenados à prisão perpétua e um a 21 anos de prisão.

FANATISMO

São fanáticos religiosos que integram as hostes ultradireitistas que proliferam em meio a um racismo antiárabe inaceitavelmente disseminado e que tem justificado, entre outras barbaridades segregacionistas, como benção divina, a construção de núcleos residenciais em terras assaltadas aos palestinos. Aliás, os assassinos de Muhamed vieram destes "assentamentos".

O assassinato brutal mostrado no seriado teria sido uma vingança pela morte de três jovens judeus que desapareceram no dia 12 de junho de 2014 e que, em meio a uma onda de orações solidárias que reuniu multidões por todo o país, têm seus cadáveres localizados 18 dias depois do sequestro. Foram mortos, cada um com um tiro na testa.

Imediatamente, multidões de judeus tomaram as ruas de Jerusalém aos gritos de "Morte aos árabes" e "Vingança".

O primeiro capítulo do seriado mostra a polícia intervindo para evitar o linchamento de trabalhadores árabes que retornavam a seus lares após um dia de trabalho, inclusive o próprio Muhamed Abu Khdeir, que seria sequestrado pouco depois e assassinado.

São cenas de uma histeria coletiva preocupantemente assustadora.

Ao contrário do que deblatera Netanyahu, o seriado não tem absolutamente nada de antissemita e tem excelente qualidade. Mas, ao mostrar a psicopatia dos mais fanáticos direitistas entre os judeus israelenses, torna-se um libelo contra a intolerância gestada por um regime de discriminação racial e visão colonialista, como o comandado por Netanyahu, cuja declaração no dia da descoberta dos jovens israelenses assassinados é um odioso incitamento à vindita: "Santanás ainda não criou uma vingança para o sangue de uma pequena criança, nem para a vingança de três jovens puros que estavam a caminho de casa para encontrar seus pais".

Ao trazer à tona a verdade dos fatos daqueles dias terríveis que foram um prelúdio ao massacre perpetrado pelas forças israelenses em Gaza no mesmo ano de 2014 – no qual foram mortos 2.220 palestinos e 11.000 ficaram feridos -, os diretores da TV, assim como o diretor do seriado, Hagai Levi, o incomodaram muito.

NATHANIEL BRAIA

Veja matéria na íntegra em:www.horadopovo.org.br

Ataque dos EUA na província síria de Idlib deixa 40 mortos

O Centcom (Comando Central das Forças Armadas dos Estados Unidos) anunciou que realizou um bombardeio na província síria de Idlib, no norte do país, matando mais de 40 pessoas que, segundo eles, seriam todos integrantes do Hurrath al Din (Guardiões da Religião) e de outras facções armadas que fazem parte das hostes terroristas na Síria.

Sob este pretexto, Washington perpetra mais uma ação intervencionista na Síria, uma vez que o governo sírio tem insistido em que o Pentágono infringe as leis internacionais e a soberania do país árabe no qual sua ação foi determinante para a conflagração que teve início em 2015 e está em vias de ser totalmente debelada.

Essa intervenção ocorreu no primeiro dia de trégua no avanço realizado pelas forças armadas nacionais sírias, com apoio da Rússia, sobre os bandos terroristas expulsos das demais províncias e que têm em Idlib, a noroeste do país, seu reduto restante.

Chamando a atenção para a violação, o Ministério de Defesa da Rússia denunciou que EUA atacou a zona de Idlib sem ter informado com anterioridade à parte russa ou à turca, violando assim até mesmo acordos assinados pelos Estados Unidos sobre a Síria. Denunciou que o ataque aéreo sobre Idlib, contrariamente ao que declararam os norte-americanos, deixou vítimas civis e causou a destruição da região.

"Contam-se numerosas vítimas e danos nas áreas povoadas afetadas pelo ataque norte-americano", sublinhou o Centro Russo para a Reconciliação das partes beligerantes, segundo a agência russa TASS, registrando que o bombardeio foi feito cerca de nove horas depois que o Exército da Síria havia declarado uma suspensão unilateral das ações armadas em toda a região.

"Com sua ação, os EUA puseram em perigo a continuidade do armistício na zona de Idlib e o malogrou em algumas áreas", ressaltou o Centro.

Apesar do ataque, "as tropas sírias atualmente mantêm uma moratória sobre as hostilidades em função de conseguir uma solução pacífica da situação o antes possível", indicou o órgão russo.

Ao mesmo tempo em que a Síria declarou o cessar-fogo, orientou os integrantes dos bandos transgressores a deporem as armas devolvendo a província ao comando do governo.

Vale ressaltar que uma das principais cidades de Idlib, Khan Sheikhun, foi liberada há poucos dias. Essa cidade foi palco de um falso ataque químico, encenado pelos Capacetes Brancos que, sob o disfarce de grupo de resgate humanitário, encena ações de bandeira trocada na tentativa de culpar o governo sírio por atacar seu próprio povo com armas proibidas pelas Convenções de Genebra. O governo sírio comprovou com fotos e depoimentos de moradores da região a falsidade da ação usada pelos Estados Unidos para desqualificar a legalidade da ação militar governamental síria no combate ao flagelo do terrorismo.

Missão enviada pela ONU também descartou a versão dos Capacetes Brancos.

O Pentágono confirmou a agressão a Idlib pouco depois de divulgada pela imprensa síria, alegando que foi dirigida "contra os líderes de [Al Qaeda na Síria] responsáveis de ataques que ameaçam cidadãos estadunidenses, aos sócios [dos EUA] e a civis inocentes".

Só não esclarece o que tais "cidadãos estadunidenses" estariam fazendo em Idlib.

FARC reafirma compromisso: "nossa palavra é pela paz e reconciliação na Colômbia"

O presidente do partido Força Alternativa Revolucionária do Comum(FARC), Rodrigo Londoño, líder histórico das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, conhecido como Timochenko, reafirmou "o compromisso com os Acordos de Paz assinados com o governo em novembro de 2016" e sublinhou que "nossa palavra hoje é a paz e a reconciliação".

"A grande maioria dos ex-guerrilheiros e ex-guerrilheiras segue comprometida com o estipulado. Ainda com todas as dificuldades ou perigos que espreitam, estamos com a paz", acrescentou Londoño, diante do assassinato por parte de milicianos e agentes do Estado de mais de 800 lideranças do movimento sindical e popular.

Recordando o fundador das FARC, Pedro Antonio Marín, o camarada "Manuel Marulanda" ou "Tirofijo" (Tiro preciso), que morreu em 2008, Londoño destacou: "algo que ele nos ensinou foi a cumprir a palavra". "Apesar dos obstáculos e dificuldades, estamos convictos que o caminho da paz é o acordado", sublinhou.

Felipe Caicedo - Reuters

Líder da FARC: "Apesar dos obstáculos, estamos convictos de que o caminho da paz é o acordado"

Nosso partido, esclareceu Londoño, é terminantemente contrário ao retorno à luta armada por parte de um grupo extremamente minoritário, manifestado recentemente por Iván Márquez. "Mais de 90% dos ex-combatentes se mantêm com o processo de paz. Aqui estamos, modéstia à parte, os melhores". E enviou uma mensagem ao presidente da Colômbia, Iván Duque: "eu lhe peço que nos unamos para mandar uma mensagem de otimismo aos ex-combatentes que continuam com o processo". "Sinto vergonha pelo que fizeram os companheiros, porém é uma decisão individual que não representa a maioria", assinalou.

Destacados líderes partidários como o ex-líder guerrilheiro "Carlos Antonio Lozada" – atual senador Julián Gallo – acreditam na capacidade de mobilização, para que, "finalmente o pactuado consiga se impor". LWS

Ver matéria na íntegra em: www.horadopovo.org.br

Correios são ineficientes e caros onde foram privatizados

Na mira dos privatistas, com redobrada gana com base no apoio do governo Bolsonaro, os Correios servem como referência de empresa pública em todo mundo. Nos poucos casos onde não são estatais, os prazos de entrega pioraram visivelmente, assim como os valores foram alavancados, em nada justificando o retrocesso proposto por Paulo Guedes.

Pelo menos para os usuários, ainda mais de um país continental de 5.570 municípios. No Brasil, mesmo o governo tendo transferido o filé dos serviços para empresas transnacionais como a Fedex (Federal Express, uma das gigantes do transporte aéreo mundial), somados os lucros dos últimos dois anos alcançam R$ 828,3 milhões.

Entre os poucos exemplos em que os serviços postais caíram em mãos privadas, parcialmente em 2000 e completamente em 2005, a Alemanha aumentou de maneira absurda – conforme o jornal Die Welt, 400% até para o usuário comum em janeiro – e demitiu em massa: 38 mil carteiros perderam seus empregos.

Na Argentina, em meio ao tsunami de acusações de corrupção, os Correios foram repassados para empresários da família presidencial, o Grupo Macri, liderado pelo pai do atual presidente, em uma concessão de 30 anos. Os preços dispararam de tal forma sem que o Grupo pagasse sequer a taxa anual de concessão que o Estado acabou cancelando o contrato e reassumindo o controle da entrega de cartas.

Iniciada em 2013 e terminada em 2015, a privatização do Royal Mail do Reino Unido custou aos usuários o desembolso de 60% a mais do que nos correios dos Estados Unidos, que são estatais. As principais queixas dos ingleses em relação aos correios privatizados se referem ao extravio de encomendas e cartas, além de atrasos e danos nos pacotes. O facão atingiu 11 mil trabalhadores.

Privatizada em 2014, a CTT (Correios, Telégrafos e Telefones) de Portugal passou por uma "reestruturação" que deixou mais de 10% dos municípios do país sem nenhuma agência, fazendo com que movimentos pela renacionalização ganhasse força e tenha sido incluído entre as reivindicações na pauta legislativa.

Até mesmo nos EUA, os Correios – responsáveis por 47% de todo o volume postal do mundo – se mantêm enquanto patrimônio público. Recentemente, o Washington Post publicou um artigo afirmando que o plano de Trump de privatizar a instituição visa seu fim. "Os Correios estão na vida norte-americana desde 1775, quando o Segundo Congresso Continental nomeou Benjamin Franklin como o primeiro carteiro geral. Atualmente, o serviço postal dos EUA é a agência governamental mais popular do país, com uma taxa de aprovação de quase 90%. Mas, agora, o presidente Trump está aparentemente empenhado em destruí-lo", condena o texto.

Britânicos repudiam suspensão do Parlamento: "Fora Boris!"

AFP

Manifestação em Londres contra a ameaça do premiê Johnson à democracia

Além de Londres, protestos contra o premiê Boris ocorreram em Manchester, Liverpool, Cambridge, Birmighan, Oxford, Bristol, Leeds, Brighton, Swanseam, Doncaster, Glasgow, Edimburgh etc.

Bradando "Parem o golpe" e exibindo faixas e cartazes improvisados, multidões acorreram às ruas de Londres e mais 80 cidades britânicas no sábado em repúdio ao fechamento do parlamento por cinco semanas pelo primeiro-ministro Boris Johnson para impedir que seu Brexit 'de cabeça nos braços de Trump' – como denunciou o líder oposicionista Jeremy Corbyn – seja discutido e votado até à data limite de 31 de outubro.

Além da capital britânica, os protestos ocorreram em Manchester, Liverpool, Cambridge, Birmighan, Oxford, Bristol, Leeds, Brighton, Swanseam, Doncaster, Glasgow, Edimburgh e Belfast. Diante da sede de governo em Downing Street 10, Londres, dezenas de milhares de pessoas clamaram que "se você [Boris] fechar o nosso Parlamento, fecharemos as ruas" e "Boris Johnson, que vergonha".

Em Glasgow, Corbyn afirmou que "faremos tudo que esteja em nossas mãos para evitar um Brexit sem acordo, ou para impedir que o primeiro-ministro nos ponha nas mãos de Donald Trump e de um acordo comercial com os Estados Unidos. Porque essa é a sua verdadeira agenda oculta". Ele convocou todos os que estão contra o fechamento do parlamento a unirem forças para barrar o esbulho. Na próxima terça-feira, o parlamento terá uma semana para achar uma saída para os britânicos.

Na Trafalgar Square, manifestantes bloquearam o trânsito se sentando na via por uma hora, para rechaçar o que o próprio presidente da câmara dos comuns, oriundo dos conservadores, John Bercow, chamou de "ultraje constitucional" de Boris Johnson.

WATERLOO

A ponte Waterloo também foi fechada por manifestantes. Entre outros slogans, a multidão na rua cantou "você sabe como é que a democracia parece? É assim que a democracia parece". Em muitos cartazes e camisetas, Boris era exposto como um palhaço – como gosta de exibir sua insuperável falta de noção e de escrúpulos. Havia, ainda, bandeiras azuis europeias.

Aos manifestantes, o número dois do trabalhismo, John McDonnell, que classificara a medida de Johnson manipulando o discurso da rainha para fechar o parlamento de "golpe muito britânico", chamou o primeiro-ministro de "ditador" nada sutil. "Ele quer fechar nossa democracia para forçar um Brexit sem acordo", denunciou.

McDonnell acrescentou: "Já derrotamos ditadores no passado em nossa história e derrotaremos esse Johnson".

Sob a chicana montada por Johnson e seu "estrategista-chefe", também conhecido nos círculos políticos britânicos como 'Lorde das Trevas', Dominic Cummings, o parlamento fica fechado de 12 de setembro a 14 de outubro, essa última data três dias antes do Conselho Europeu votar o acordo final com a Grã Bretanha – nos dias 17 e 18, e ao retomar os trabalhos haverá o discurso da rainha, inaugurando uma nova legislatura, e a praxe é que seja discutido durante seis dias. Então, o parlamento simplesmente fica fechado, e fora de qualquer decisão, durante a fase final da negociação do Brexit.

A mobilização contou com uma presença enorme de jovens. "Hoje, centenas de milhares de pessoas em todas as partes do país e em todo o espectro político saíram para tomar medidas de emergência contra uma flagrante tomada de poder pelo primeiro-ministro", afirmou Laura Parker, coordenadora nacional do Momentum – a organização de bases do trabalhismo de viés progressista, formada para barrar a continuidade do neoliberalismo blairista na oposição e fortalecer Corbyn.

Ela acrescentou que "temos um milionário escolhido por uma pequena margem que se deleita em explorar as falhas de nossa democracia defeituosa para forçar um Brexit sem acordo e aliado a Trump".

Denúncias recebidas com apupos, gritos de "Volte para Eton" – escola de elite famosa por só acolher filhos de figurões -, e aqueles prosaicos "Boris vá se f....", que estão ficando muito populares – parece bastante com uma saudação que virou moda em um país sul-americano.

As pessoas "estão indignadas com que o governo e um primeiro ministro eleito por 93.000 membros do partido Conservador estejam tentando sequestrar as necessidades, objetivos e aspirações de 65 milhões de pessoas", afirmou ainda Corbyn, durante sua participação no protesto na maior cidade da Escócia, região que ele visitou por três dias.

Em Bristol, milhares de pessoas marcharam pelo centro da cidade, gritando "Hey, hey, ho, ho, Boris Johnson' got to go" (ei, ei, ou, ou, Boris Johnson tem que ir). O ex-deputado liberal democrata Stephen Williams, rechaçou o golpe, assinalando que o que Boris fez foi varrer a maior parte do calendário de setembro [do parlamento], a maior parte do calendário de outubro, deixando [os deputados] "com cerca de quatro dias para tomar a decisão mais importante das vidas de qualquer um de nós e para 65 milhões de pessoas".

Apesar do tempo chuvoso, em Birmighan os manifestantes se reuniram na Victoria Square, onde a deputada Neena Gill conclamou: "Boris pode pensar que pode fechar o parlamento, mas não pode fechar o povo". Ela advertiu sobre a "catástrofe completa para este país e esta região" que será um Brexit sem acordo.

Os protestos vão prosseguir nos próximos dias, e o movimento Momentum pediu que a população "ocupe pontes e bloqueie estradas" contra o achincalhe de Boris Johnson. Há grupos propondo protestos diários logo após o tradicional horário do chá inglês.

POODLE LOURO

Conforme o líder oposicionista Corbyn, a próxima semana será decisiva para a resistência ao golpe e ao Brexit pró-Trump. O presidente biliardário dos EUA, pelo Twitter, não perdeu tempo em instruir os britânicos de que Boris Johnson era "exatamente" o que a Inglaterra "precisava".

Quem duvidar, é só conferir aquela foto ridícula dos dois no G7 de Biarritz, em que um aponta para o outro ao estilo 'esse é o cara' – mas todo mundo sabe, dos dois louros em cena, quem é o poodle.

Como disse Corbyn, esse endosso a Boris significa que este é exatamente o que Trump está procurando, "um primeiro-ministro que entregará serviços públicos e proteções da Grã-Bretanha a corporações americanas em um acordo de livre comércio". A.P.

Matéria completa em www.horadopovo.com.br

Juiz condena Johnson & Johnson a pagar US$ 572 milhões por atiçar epidemia de opioides

Uma decisão histórica. No primeiro julgamento desse tipo de caso nos EUA, o juiz Thad Balkman, de Cleveland, condenou na segunda-feira a gigante farmacêutica norte-americana Johnson & Johnson – mais conhecida pelo sabonete e talco infantis – a pagar US$ 572 milhões por sua responsabilidade na crise dos opioides que, só no estado de Oklahoma, provocou quase 5 mil mortes por overdose entre 2007 e 2017.

Apenas em 2016, as overdoses nos EUA causaram 64.000 mortes – mais do que as baixas militares norte-americanas no Vietnã e no Iraque juntas. A epidemia dos opioides atingiu tal escala no país que a morte por overdose se tornou a principal causa de morte em norte-americanos com menos de 50 anos e fez com que a expectativa de vida nos EUA diminuísse.

"A crise dos opioides devastou o estado de Oklahoma", disse o juiz Balkman. "Os réus causaram uma crise de opioides que é evidenciada pelo aumento das taxas de dependência, mortes por overdose e síndrome de abstinência neonatal".

"Essas ações comprometeram a saúde e a segurança de milhares de pessoas de Oklahoma", apontou. Ele também alertou que a crise gerada pelo vício nessas substâncias é "um perigo iminente e uma ameaça" para a população.

"Demonstramos que a J&J foi a causa principal desta crise de opioides e que ganhou bilhões de dólares em um período de 20 anos, sempre negando sua responsabilidade", apontou o principal advogado do estado, Brad Beckworth.

PAPOULA TURBINADA

O que não se sabia – e o julgamento permitiu evidenciar – foi o papel central da Johnson & Johnson (J&J) para a epidemia de opioides. Sem a J&J, pode-se dizer, dificilmente a epidemia teria chegado à dimensão que chegou. Até meados dos anos 1990, o abuso de opioides era relativamente restrito.

Foi a J&J que turbinou em 1994 uma cepa de papoula, através de uma subsidiária na Tasmânia, que patenteou, para produzir 50% a mais em peso de tebaína, precursor da oxicodona, a droga que desencadeou a onda dos opioides em 1995, apelando para um marketing extremamente agressivo e mentiroso.

Até 2016 – quando a crise dos opioides já era um escândalo nacional – a Johnson & Johnson foi a principal fornecedora – em torno de 60% – dos princípios ativos que moveram a epidemia de opioides nos EUA. Nesse ano, ela vendeu a Alcalóides Tasmânia e a Noramco, suas subsidiárias no crime.

Além de ser o principal fornecedor, a J&J também tinha uma linha própria de opioides, Nucynta e Duragesic.

Em suma, como acusou o estado de Oklahoma, a Johnson & Johnson discretamente dominara o mercado de opioides por anos, cultivando papoulas na Tasmânia e vendendo narcóticos para as principais fabricantes de oxicodona, hidrocodona, codeína e morfina.

O procurador-geral de Oklahoma, o republicano Mike Hunter, que foi quem desencadeou o processo em 2017 contra as farmacêuticas, fez questão de sublinhar a responsabilidade dos réus: "essas empresas sabiam no mais alto nível o que estava acontecendo. Elas simplesmente não conseguiam parar de ganhar dinheiro com isso".

"Não há dúvida de que precisávamos apresentar este caso, que ele tinha que ir a julgamento, que esses fatos precisavam ver a luz do sol", destacou o jurista. "Dez vezes mais dessa droga estava chegando, e então você teve, concomitantemente, 15 vezes mais pessoas morrendo de overdose de opioides".

Para ele, o que moveu a Johnson & Johnson foi a "ganância e avareza", mas está sendo finalmente responsabilizada "por milhares de mortes e vícios causados por suas atividades". Hunter acusou ainda a corporação e seus cúmplices por uma campanha de marketing fraudulenta, que escondia o risco de dependência e exagerava a eficácia contra a dor crônica.

Outra denúncia tenebrosa apresentada pelos promotores de Oklahoma foi de que a J&J ...

Leia mais em www.horadopovo.com.br

Professores colombianos em greve contra morticínio de líderes e pela educação

"Em defesa da vida e do direito à saúde com dignidade para o magistério", os professores colombianos paralisaram 48 horas todo o país, nesta quarta e quinta-feira, para exigir um basta no morticínio de dirigentes populares. Passados quase três anos da assinatura do Acordo de Paz do governo com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), em 24 de novembro de 2016, mais de 800 lideranças foram assassinadas.

"Exigimos do governo respeito e direito à vida, assim como que proteja nossos dirigentes sindicais, sociais e o magistério colombiano. É preciso que se cumpram os acordos firmados pelas FARC com o governo do ex-presidente Juan Manuel Santos", afirmou o presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores da Educação (Fecode), Nelson Alarcón, condenando o sangue inocente derramado. "Estão nos assassinando, nos exterminando, diferentes forças à margem da lei e o Estado tem a obrigação de nos defender", acrescentou.

Reforçando o movimento, o presidente da Central Unica dos Trabalhadores (CUT), Diógenes Oriuela, alertou para "a morte das lideranças sociais e de direitos humanos por parte de grupos ilegais e do narcotráfico" e rechaçou "as medidas econômicas empregadas pelo presidente Iván Duque contra os colombianos de baixos recursos". Oriuela disse que o plano governamental "permite a contratação por valor abaixo do salário mínimo e elimina o sistema de seguridade social para os trabalhadores, fazendo com que perdessem seus direitos à aposentadoria, a licenças de maternidade, paternidade e de deficiência".

CRISE SE AGRAVA

O magistério colombiano defendeu o Fundo Nacional de Benefícios Sociais "contra a ameaça de privatização" e lançou um alerta frente aos reiterados atropelos de Duque "às promoções docentes". A Fecode denunciou o agravamento da crise também no serviço médico-assistencial e reivindicou o cumprimento de cada um dos contratos assinados, respeitando termos e prazos, garantindo a entrega no prazo dos medicamentos.

Dando continuidade às mobilizações, a Fecode convocou para os próximos dias 6, 7 e 8 de setembro a "Caravana pela vida, paz e democracia" em todos os pontos do país. Será dada atenção especial a uma zona rural do município de Santander de Quilichao, no departamento de Cauca, para repudiar a mortandade.

De acordo com entidades populares, a situação de insegurança tem se agravado naquele departamento, onde o enfrentamento do Exército com grupos armados multiplicou os mortos e colocou mais de 240 mil pessoas sem condições sequer de receber ajuda humanitária.

EUA: negro condenado à prisão perpétua por roubo de US$ 50 será libertado após 36 anos

Um homem do Alabama – um negro -, Alvin Kennard, que foi condenado à prisão perpétua após roubar US $ 50,75 de uma padaria quando tinha 22 anos, vai ser libertado depois de mais de três décadas de cárcere, após revisão do seu caso pelo juiz David Carpenter. Ele havia sido preso em 1983.

A mais que tardia correção do absurdo judicial – tornado legal por leis iníquas e indisfarçavelmente racistas – foi comemorada no tribunal por familiares e amigos. Eles pularam, levantaram os braços e se abraçaram, tomados pela alegria e emoção. A audiência ocorreu no dia 28, em Bessemer, Alabama.

Em entrevista a uma emissora de rádio, a sobrinha Patrícia Jones relatou que "todos nós [estávamos] chorando". "Temos conversado sobre isso, sobre [ele] ficar livre, há mais de 20 anos".

Kennard, que tem agora 58 anos, passou quase dois terços de sua vida em uma prisão num dos estados mais notórios pelo racismo nos EUA, sob uma lei que impunha a quem tem tivesse três imputações penais, mesmo que se tratasse de delitos menores – como o roubo de 50 dólares em uma padaria -, pena de prisão perpétua.

Uma sentença desproporcionalmente severa que explica parte do fato de que os EUA têm a maior população carcerária do planeta, com os negros sendo desmedidamente penalizados em relação à sua parcela na população do país: 12% da população e 36% dos detentos. Kennard compareceu ao tribunal algemado e usando um uniforme listrado de vermelho e branco da prisão.

Sob a "lei dos três delitos" do Alabama, Kennard, que estava em liberdade condicional por três acusações de furto de 1979, foi jogado numa cela pelo resto da vida, prisão perpétua, apesar de não ter cometido qualquer crime hediondo, como assassinato ou violação. Era um roubo de 50 dólares.

Ao juiz, Kennard, que trabalhou anteriormente em carpintaria e construção, disse que queria voltar a ser carpinteiro. "Ele disse que quer conseguir um emprego, quer se sustentar e nós vamos apoiá-lo", disse a sobrinha.

Após a revisão judicial, a advogada de Kennard, Carla Crowder, que é diretora executiva do Centro de Direito e Justiça do Alabama, afirmou que Kennan está "radiante".

Ela acrescentou que "o que é extraordinário no Sr. Kennard é que, mesmo quando pensou que ficaria na prisão pelo resto da vida, ele realmente mudou sua vida". "Ele está radiante com esta oportunidade, mas permaneceu a vida toda próximo de sua família, então ele tem um apoio incrível", ressaltou.

Existem "centenas de prisioneiros em situações semelhantes ainda presos porque não têm advogados", afirmou Crowder, que foi nomeada para defender Kennard depois que seu caso foi identificado por um juiz com alto senso de justiça.

"É incrivelmente injusto que centenas de pessoas no Alabama passem a vida sem liberdade condicional por crimes não violentos e não homicídios", denunciou.

Crise capitalista mundial e tendências (1)

Nilson Araújo de Souza, doutor em economia pela Universidade Autônoma do México (Unam), pós-doutor pela Universidade de São Paulo (USP) e professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (foto: HP)

Nilson Araújo de Souza, sabem os nossos leitores mais veteranos, é um dos mais importantes economistas brasileiros. Na opinião de quem escreve esta introdução, até mais um pouco do que isso – mas não vou correr o risco de ofendê-lo por excesso de elogios (sim, leitor, elogios também podem ofender e tornar as pessoas muito desconfiadas).

No entanto, não é sua erudição econômica e seu conhecimento teórico – aliás, evidentes – que são as qualidades principais de Nílson.

Sua maior virtude consiste em uma identificação com o nosso povo – e com a Humanidade – que tem origem na sua própria vida, desde o Maranhão, onde nasceu.

Mas, por que estamos lembrando, aqui, dessa qualidade de Nílson?

Porque deriva daí a sua capacidade de abordar assuntos complexos de modo a que o cidadão comum – o povo – possa entendê-los.

No passado, Lenin afirmou em algum lugar – segundo a memória que falha, em "Um Passo à Frente, Dois Atrás" – que era uma questão de princípio, para um revolucionário, escrever, se expressar, de maneira que os operários, as pessoas do povo de que fazemos parte, pudessem entender, não importa o quão difícil ou complicado fosse o assunto.

Abaixo, o leitor poderá confirmar a fidelidade de Nílson a esse princípio.

Porém, seria errado dizer que Nílson tem essa qualidade por estar seguindo Lenin. Ele é assim porque é assim – aliás, Lenin também era assim porque era assim.

Mas que o princípio é justo, lá isso é.

Deixemos agora a tagarelice e vamos à análise de Nílson sobre a situação atual do capitalismo no mundo. O texto é resultado de uma palestra, realizada pelo autor durante o Encontro Nacional sobre Questões Internacionais 2019 do PCdoB, realizado em São Paulo nos últimos dias 3 e 4 de maio.

C.L.

NILSON ARAÚJO DE SOUZA

Quando falamos em crise hoje, o que vem à memória, de imediato, é a grande recessão de 2007-2009 que, como sabemos, foi deflagrada nos Estados Unidos pela implosão da bolha hipoteco-imobiliária alavancada pelos chamados títulos *subprime*, pelos títulos podres, títulos tóxicos.

E que títulos eram esses? Eram hipotecas ruins. Os bancos refinanciaram os imóveis das famílias, garantindo-se com a emissão de hipotecas, mas as famílias não tinham salário suficiente para cobrir este refinanciamento, bancar a cobertura da hipoteca depois. Daí que eram chamadas de subprime essas hipotecas impagáveis. E por que, apesar disso, os bancos refinanciavam os imóveis? Por duas razões: 1) porque podiam emitir derivativos com base nessas hipotecas e vender para terceiros; 2) porque, se o cliente não pagava a hipoteca, tomavam os imóveis dados em garantia. Foi a implosão dessa bolha hipoteco-imobiliária que deflagrou a crise.

A crise inicialmente se manifestou na esfera puramente financeira, com a queda das bolsas. Para vocês terem uma ideia, em 2008 as bolsas de valores no mundo caíram 42%, quase a metade. Logo depois, manifestou-se na recessão, ao cair a produção no mundo capitalista durante aquele período de 2007-2009; o resultado foi o forte aumento do desemprego: a taxa de desemprego nos Estados Unidos, que estava em 4% da força de trabalho, subiu para a faixa de 11%. A crise saiu da esfera puramente financeira e atingiu a esfera real da economia.

O que provocou a implosão da bolha? A elevação da taxa de juros pelo Federal Reserve (Fed), o banco central dos EUA. Essa elevação, por sua vez, decorreu da dificuldade crescente de refinanciamento das dívidas dos EUA, que se expandiam graças ao forte crescimento do déficit trigêmeo: externo, público e familiar.

Qual foi reação dos governos? Chamaram o Estado, que vinha sendo demonizado, para salvar o mercado dele mesmo, salvar os monopólios da própria ação deles. Em 2008, os governos das principais potências, basicamente Estados Unidos, Europa e Japão, comprometeram-se em gastar US$ 7 trilhões, somente naquele ano, mais de 10% do PIB mundial. O compromisso que assumiram foi injetar esse dinheiro na economia por meio de pacotes fiscais.

Além disso, os Estados Unidos logo depois começaram a montar o que eles chamam de *quantitative easing*, que tinha sido inaugurado pelo Japão; depois, os Estados Unidos adotaram e a Europa também. Consiste no relaxamento monetário, afrouxamento monetário, na emissão de dinheiro para comprar ativos financeiros dos bancos e injetar esse dinheiro em circulação a custo zero.

O Banco Central dos Estados Unidos, ao longo das várias etapas do chamado *quantitative easing* – que começou em 2008 e foi até 2014/15 – injetou US$ 4,5 trilhões nas burras dos bancos, o que corresponde a mais de um quarto do PIB dos EUA naquele momento. O Banco Central emitia essas toneladas de dólares e comprava ativos financeiros dos bancos. E se dizia que, através dos bancos, esses dólares passariam a circular na economia. E como circulou na economia? Basicamente, os bancos tomavam esse dinheiro a juros zero ou em torno de zero e emprestavam pelo mundo afora, inclusive para países da periferia do mundo capitalista. E o resultado disso foi a desvalorização do dólar, que era o que eles queriam: desvalorizar o dólar para aumentar as exportações dos Estados Unidos.

Como vimos, as ações iniciais consistiram nos pacotes fiscais e depois veio o -. O que eles disseram então? Que a economia do mundo ia sair da crise, que o Estado – que eles diziam que não servia mais para nada – injetou dinheiro na economia, e que assim haviam tirado o mundo da recessão, e que isso era uma política keynesiana.

Na verdade não era. A política keynesiana não consiste em injetar dinheiro nos bancos; a política keynesiana para enfrentar recessões, para enfrentar crises, se traduz em gerar demanda, tanto através do gasto público quanto da melhoria dos salários, além de realizar investimentos, basicamente em infraestrutura.

Quem fez uma política mais próxima dessa orientação naquele momento? A China. A China baixou um pacote de investimentos em infraestrutura de US$ 580 bilhões e iniciou um processo de redistribuição de renda a partir da melhoria dos salários. De 2008 até 2012, o salário real médio, o poder de compra dos salários na China, cresceu quatro vezes mais do que a produtividade. Então, melhorou a distribuição de renda e a infraestrutura e isso contribuiu para evitar que a China sofresse mais profundamente os efeitos da crise mundial. Chegou a diminuir o ritmo de crescimento, pois seu PIB vinha crescendo a um ritmo de 9,5% a 10% ao ano desde 1980 e baixou recentemente para a faixa de 6,5%, mas manteve a economia crescendo num patamar ainda elevado para os padrões mundiais. Isso porque o Estado chinês tem o papel fundamental de realizar esse enfrentamento da crise: criando infraestrutura e distribuindo renda.

Veremos adiante por que a China adotou uma política econômica diferente e pôde escapar, ainda que não ilesa, da crise mundial.

Bem, mas aí os governos, a mídia e os economistas neoliberais propalaram mundo afora que a economia mundial havia saído da recessão a partir de 2010. Surpreenderam-se porque logo depois, em 2012-2013, veio a segunda onda do desenvolvimento da crise na Europa, com uma violenta recessão, que todos nós acompanhamos. Foi a maneira com que a crise repercutiu na Europa, que tinha comprado aqueles títulos podres alavancados pelas hipotecas dos Estados Unidos, os bancos quebraram, os governos entraram para salvar os bancos e para isso se endividaram, gerando déficit, gerando dívida, e isso terminou detonando a crise na Europa também.

Logo a seguir, a partir de 2014-15, quando voltaram a alardear que as coisas haviam melhorado, e que a Europa tinha saído da recessão, a crise rebate, em sua terceira onda, na periferia do mundo capitalista, e aí temos os exemplos do Brasil, da Argentina, da Venezuela e outros países. Ao final, vou retomar esta questão da crise na periferia.

Além disso, além da crise não ter ido embora e haver retornado dessa maneira que registrei, a taxa média de crescimento de 2010 até o ano passado das principais economias do planeta foi medíocre. O PIB dos Estados Unidos cresceu a uma média de 2% ao ano, e oscilando – ora crescia 2,5%, ora crescia 1,5%. Além de baixo, um crescimento altamente oscilante. O Japão cresceu 1,5% ao ano, a Europa 1% e oscilando violentamente.

Se não bastasse isso, qual é o grande debate que se trava sobre a economia mundial atualmente? Não é se a economia vai entrar em recessão ou deixar de entrar, é quando vai ser a próxima recessão. Isso se manifesta inclusive nos relatórios das chamadas instituições multilaterais: o Banco Mundial está com esta posição de que vai ocorrer um desaquecimento da economia, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização Mundial do Comércio (OMC)... Inclusive o Sistema de Reserva Federal (Fed) nos Estados Unidos está mais ou menos suspendendo a programada elevação dos juros, de um lado pressionado pelo presidente Trump, mas também porque está avaliando que a economia tende a desaquecer.

E já apareceram os primeiros sintomas, que ocorreram no final do ano passado, quando houve uma violenta oscilação no mercado financeiro mundial, basicamente nas bolsas. E há elementos com que se pode afirmar que realmente a recessão vem. Quando alguém me pergunta quando, digo que não sou Nostradamus para saber qual é a data, só sei qual é a tendência.

A tendência é essa, de advir nova recessão. Vou citar basicamente dois elementos importantes sobre isso. De um lado, a chamada massa de recursos que está fora da esfera produtiva, que está na esfera puramente financeira e que se manifesta basicamente através dos chamados derivativos, que são títulos emitidos em cima de outros títulos, inclusive a partir de uma variação de juros. A maior parte dos derivativos é em cima da variação de juros.

O Banco Internacional de Compensações, o BIS, que é considerado o banco central dos bancos centrais, calcula a evolução do montante dos derivativos no mundo. Naquele momento que iniciou a crise, em 2007-2008, estava na faixa de US$ 596 trilhões, que correspondia a nove vezes o PIB mundial. Depois oscilou, subiu, desceu, e atualmente voltou para o mesmo patamar daquela época. Um dos elementos que detonou a crise daquela época foi a magnitude da pirâmide financeira alavancada pelos derivativos. Agora voltou para o mesmo patamar.

Outro dado importante é a dívida. Costuma-se falar em dívida pública, crescimento da dívida pública, que isso gera vulnerabilidade do Estado e tal. A crise se manifesta também em outros tipos de dívida. As dívidas pública e privada no mundo cresceram de maneira violenta nos últimos dez anos. Atualmente, a soma dessas duas dívidas, que incluem o Estado, as empresas e as famílias, está em US$ 233 trilhões, o que significa três vezes o PIB mundial.

E basicamente o que cresceu mais foi a dívida das empresas. A dívida privada dobrou nos últimos dez anos na sua relação com o PIB. Então o que está sendo dito pelos economistas é que a tendência é que desta vez a crise vai começar não pela dívida das famílias, como foi a de 2007, não pela crise da chamada nova economia, baseada na informática, como foi a de 2001, mas pela dívida das empresas. Bem, esta é uma possibilidade muito grande.

Disse antes que a dívida empresarial dos últimos dez anos – a partir da crise de 2007 – duplicou, só que duplicou a uma taxa de juros próxima de zero, que era o quantative easing e toda aquela política adotada de relaxamento monetário que estava próxima de zero. Só que a taxa de juros está subindo. E está subindo não é para combater a inflação, como dizem, e sim para poder viabilizar o financiamento dos três déficits dos Estados Unidos. Por isso que eles elevam a taxa de juros. E, ao elevarem, vão terminar trazendo como consequência a quebradeira das empresas.

Até agora, discorri mais sobre a esfera mais aparente, mais de superfície, da crise. E isso é parte do problema. A gente começa avaliando por aí. Mas, para entender esta crise em profundidade e perceber as tendências, é preciso ver os elementos mais de fundo que estão por trás dessa crise. E, para entender os elementos mais de fundo, parto da avaliação de que essa crise de 2007-2009, bem como a de 2012-2013 na Europa e a de 2014 em diante aqui na América Latina, são o desdobramento de uma crise mais geral. Que crise mais geral é essa? É uma crise prolongada, de natureza estrutural, que nasceu no começo da década de 1970. Aí alguém pode perguntar: mas como uma crise estrutural dura esses anos todos? Afinal, de lá para cá já se vão quase 50 anos. Parto da seguinte ideia: além do ciclo convencional comum que existe no capitalismo, que na época de Marx era a cada 12 anos, depois foi encurtando e atualmente está na faixa de seis anos, além do ciclo convencional comum, existe no capitalismo uma onda larga, também chamada de ciclo longo, cuja formulação muita gente atribui a Nikolai Kondratiev, que era um economista russo. Kondratiev cuidou de precisar melhor do ponto de vista estatístico, de definir melhor a periodização, mas essa ideia surgiu de um outro russo. Quem primeiro formulou esta concepção de onda larga foi Alexander Parvus, que foi militante do Partido Social Democrata da Alemanha no final do século 19. Era russo, mas foi para a Alemanha, aproximou-se de Rosa Luxemburgo e passou a manter relações com os bolcheviques. O defeito dele era ser amigo do Trotsky e também teve uma trajetória meio complicada em sua relação com o governo alemão. Mas a César o que é de César: quem primeiro elaborou esta ideia do ciclo longo, de onda larga, foi ele. Na formulação dele, trata-se de um ciclo de 50 anos, sendo que a primeira metade é uma fase em que a economia mundial está se expandindo – isso não significa que não ocorram crises nessa fase. Há crises, sim, mas o que prepondera é a prosperidade, a expansão. Aí vem a segunda metade, em que a economia está declinando. E não significa que não haja momentos de crescimento; existe, sim, mas o que prepondera são as crises.

A periodização que considero adequada é constituída de quatro ondas. A primeira que vai de 1770 a 1840 – na época da primeira revolução industrial; a segunda onda que vai da década de 1840 à de 1890; a terceira que vai de 1890 até o final da Segunda Guerra Mundial; e uma quarta onda que corresponde ao período pós-guerra. Muitos economistas manifestam a opinião de que a economia capitalista mundial já superou essa quarta onda e que já estamos na quinta. Vou procurar demonstrar que ainda estamos naquela quarta onda, a onda do pós-guerra.

A partir do imediato pós-guerra, houve um longo período de prosperidade econômica, por isso mesmo chamado de idade dourada do capitalismo, que vai da Segunda Guerra Mundial até o final dos anos 1960. E há o período que, segundo alguns economistas, inicia no final dos anos 1960, com algumas recessões que ocorreram então. Mas acho que o sintoma inicial que anunciou este novo período da onda larga de pós-guerra, que é um período de decadência, foi a decisão do presidente Richard Nixon em 1971 de suspender a paridade e a livre conversibilidade do dólar. E ele suspendeu não porque fosse um cara perverso, um cara mau e tal; suspendeu porque os EUA não possuíam mais reservas em ouro, haviam se deteriorado, para dar conta da livre conversibilidade do dólar em ouro. E suspendeu também porque tinha que acabar com a paridade. Foi o maior calote de todos os tempos. E tinha que acabar com a paridade porque havia iniciado um processo – e isso está na origem da crise – de geração de déficit externo, déficit comercial na balança dos Estados Unidos. E, como veremos, esta questão é fundamental.

Trabalho com a ideia, formulada por Marx, de que as crises capitalistas são originadas pela irrupção do conjunto das contradições da economia capitalista. Não é uma contradição só, e ele trabalhava basicamente com três: a queda da taxa de lucro, o subconsumo das massas e a desproporção entre os setores da produção, ainda que considerasse a queda da taxa de lucro como a principal. Mas ele já tinha se referido a uma quarta, que é um elemento fundamental na dinâmica da economia capitalista, que é o desenvolvimento desigual, que Lênin retoma e trabalha no seu célebre livro "Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo".

Continua na próxima edição